

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	51
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	117
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	119
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	120
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	121
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000.452.329
Preferenciais	0
Total	10.000.452.329
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	23.594.199	21.667.818	21.753.377
1.01	Ativo Circulante	927.700	945.017	749.691
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	179.627	262.524	77.317
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	179.627	262.524	77.317
1.01.03	Contas a Receber	417.219	357.339	382.927
1.01.03.01	Clientes	417.219	357.339	382.927
1.01.03.01.01	Contas a Receber	417.219	357.339	382.927
1.01.04	Estoques	83.320	81.300	68.419
1.01.04.01	Estoques	83.320	81.300	68.419
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.255	25.162	59.059
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	16.255	25.162	59.059
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	10.818	19.465	22.432
1.01.06.01.02	Tributos Compensáveis	5.437	5.697	36.627
1.01.07	Despesas Antecipadas	38.431	34.810	37.604
1.01.07.01	Despesas Pagas Antecipadamente	38.431	34.810	37.604
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	192.848	183.882	124.365
1.01.08.03	Outros	192.848	183.882	124.365
1.01.08.03.03	Depósitos em Garantia	146.549	98.145	83.131
1.01.08.03.20	Outros ativos	46.299	85.737	41.234
1.02	Ativo Não Circulante	22.666.499	20.722.801	21.003.686
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.913.258	2.053.498	1.764.489
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.308.282	505.342	505.367
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.308.282	505.342	505.367
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	73.120	94.517	128.464
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.531.856	1.453.639	1.130.658
1.02.01.10.03	Tributos Compensáveis	125	6	6
1.02.01.10.04	Depósitos em Garantia	34.076	191.662	103.391
1.02.01.10.05	Dispêndios Reembolsáveis	1.483.066	1.260.332	1.025.622
1.02.01.10.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	11.792	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1.02.01.10.20	Outros Ativos	2.797	1.639	1.639
1.02.03	Imobilizado	17.608.074	18.401.398	19.074.788
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.472.026	18.278.302	18.943.133
1.02.03.01.01	Terrenos	350.641	366.115	162.869
1.02.03.01.02	Reservatórios, Barragens e Adutoras	6.426.524	6.714.077	7.070.074
1.02.03.01.03	Edificações, Obras e Benfeitorias	3.480.121	3.635.007	3.794.972
1.02.03.01.04	Máquinas e Equipamentos	7.210.978	7.558.595	7.910.155
1.02.03.01.05	Móveis e Utensílios	2.851	3.077	3.073
1.02.03.01.06	Veículos	911	1.431	1.990
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	136.048	123.096	131.655
1.02.03.03.01	Terrenos	2.480	4.752	4.690
1.02.03.03.02	Reservatórios, Barragens e Adutoras	61.416	60.395	59.179
1.02.03.03.03	Edificações, Obras e Benfeitorias	48	0	0
1.02.03.03.04	Máquinas e Equipamentos	23.760	13.289	44.359
1.02.03.03.05	Veículos	1.488	1.392	1.385
1.02.03.03.06	Móveis e Utensílios	1.051	551	55
1.02.03.03.07	Material em Depósito	23.048	19.333	19.408
1.02.03.03.08	Outros	22.757	23.384	2.579
1.02.04	Intangível	1.145.167	267.905	164.409
1.02.04.01	Intangíveis	1.145.167	267.905	164.409
1.02.04.01.02	Direito de Concessão - Uso do Bem Público	137.406	143.524	149.903
1.02.04.01.03	Servidão Permanente	8.214	8.581	8.964
1.02.04.01.04	Softwae	4.719	3.722	4.722
1.02.04.01.05	Direito de Uso	0	0	820
1.02.04.01.06	Licença de Operação	113.047	112.078	0
1.02.04.01.07	Direito de Concessão - GSF	881.781	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	23.594.199	21.667.818	21.753.377
2.01	Passivo Circulante	1.550.708	1.146.533	1.174.232
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.950	21.584	13.241
2.01.01.01	Obrigações Sociais	21.950	21.584	13.241
2.01.01.01.02	Salários e encargos a pagar	21.950	21.584	13.241
2.01.02	Fornecedores	169.250	216.947	521.182
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	169.250	216.947	521.182
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	169.250	216.947	521.182
2.01.03	Obrigações Fiscais	54.625	45.411	59.644
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	54.625	45.411	59.644
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Sociais	54.625	45.411	59.644
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	657.478	414.112	284.507
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	116.120	107.579	73.428
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	116.120	107.579	73.428
2.01.04.02	Debêntures	541.358	306.533	211.079
2.01.04.02.01	Debêntures	541.358	306.533	211.079
2.01.05	Outras Obrigações	267.499	254.673	234.551
2.01.05.02	Outros	267.499	254.673	234.551
2.01.05.02.04	Cauções em Garantia	20.567	20.026	17.287
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	146.296	137.926	97.489
2.01.05.02.06	Outros Passivos	5.110	2.030	22.262
2.01.05.02.07	Concessões a Pagar	26.234	23.842	22.875
2.01.05.02.08	Encargos Regulamentares e Setoriais	69.292	70.849	74.638
2.01.06	Provisões	379.906	193.806	61.107
2.01.06.02	Outras Provisões	379.906	193.806	61.107
2.01.06.02.04	Provisões Socioambientais	211.874	193.806	61.107
2.01.06.02.06	Outras Provisões	168.032	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	20.201.751	18.686.058	17.317.993
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	18.033.021	16.760.423	15.675.160

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	12.827.607	11.858.110	10.924.960
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	12.827.607	11.858.110	10.924.960
2.02.01.02	Debêntures	5.205.414	4.902.313	4.750.200
2.02.01.02.01	Debêntures	5.205.414	4.902.313	4.750.200
2.02.02	Outras Obrigações	1.338.236	1.187.171	1.068.676
2.02.02.02	Outros	1.338.236	1.187.171	1.068.676
2.02.02.02.03	Cauções em Garantia	769.897	560.076	420.669
2.02.02.02.04	Adiantamento em Clientes	193.053	339.470	178.897
2.02.02.02.05	Consessões a Pagar	278.661	257.352	252.706
2.02.02.02.06	Fornecedores	0	0	161.713
2.02.02.02.07	Impostos e Contribuições	78.591	23.778	50.961
2.02.02.02.08	Obrigações Vinculadas à Concessão	5.899	6.495	3.730
2.02.02.02.09	Encargos Regulamentares e Setoriais	12.135	0	0
2.02.04	Provisões	830.494	738.464	574.157
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	44.050	44.440	43.723
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	44.050	44.440	43.723
2.02.04.02	Outras Provisões	786.444	694.024	530.434
2.02.04.02.04	Provisões Socioambientais	292.384	275.559	191.197
2.02.04.02.05	Outras Provisões	492.017	417.731	339.237
2.02.04.02.06	Outros Passivos	2.043	734	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.841.740	1.835.227	3.261.152
2.03.01	Capital Social Realizado	9.664.356	9.664.356	9.664.356
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-7.822.616	-7.829.129	-6.403.204

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.757.969	3.200.238	3.197.523
3.01.01	Receita líquida de venda de energia	3.757.969	3.200.238	3.197.523
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.264.076	-2.691.029	-2.479.440
3.02.01	Custo com Venda de Energia Elétrica	-1.146.484	-1.576.314	-1.542.373
3.02.02	Custo de Operação	-1.117.592	-1.114.715	-937.067
3.03	Resultado Bruto	1.493.893	509.209	718.083
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-80.470	-82.274	-98.553
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-80.557	-82.798	-95.223
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	87	524	0
3.04.04.01	Outras Receitas	87	524	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-3.330
3.04.05.01	Outras Despesas	0	0	-3.330
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.413.423	426.935	619.530
3.06	Resultado Financeiro	-3.209.850	-1.852.835	-1.551.844
3.06.01	Receitas Financeiras	265.021	258.769	131.328
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.474.871	-2.111.604	-1.683.172
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.796.427	-1.425.900	-932.314
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.802.940	-25	-204
3.08.02	Diferido	1.802.940	-25	-204
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.513	-1.425.925	-932.518
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.513	-1.425.925	-932.518
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,65	-142,59	-93,25

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	6.513	-1.425.925	-932.518
4.03	Resultado Abrangente do Período	6.513	-1.425.925	-932.518

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	135.615	470.531	124.323
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.484.948	1.288.089	1.211.717
6.01.01.01	Prejuízo do Período Antes do IR e da CS	-1.796.427	-1.425.900	-932.314
6.01.01.04	Provisão Contingência	-1.211	-566	-1.808
6.01.01.05	Deprciações e Amortizações	842.409	843.160	840.135
6.01.01.06	Baixa Imobilizado	947	36.142	17.994
6.01.01.07	Baixa Intangível	0	36	0
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias	3.158.333	1.832.002	1.546.460
6.01.01.09	Bônus de Antecipação	0	0	-258.750
6.01.01.10	Amortização dos Custos de Captação de Dívidas	3.216	3.215	0
6.01.01.11	Direito de Concessão - GSF	-890.351	0	0
6.01.01.12	Provisão Liminar - TUST	168.032	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-136.433	-341.858	-568.120
6.01.02.01	Contas a Receber	-59.880	25.588	-55.316
6.01.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	-3.145	2.967	-3.219
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	142	30.930	-32.320
6.01.02.04	Despesas Pagas Antecipadamente	17.776	36.741	24.769
6.01.02.06	Fornecedores	7.675	-12.995	-10.006
6.01.02.07	Salários e Encargos a Pagar	366	651	-4.880
6.01.02.08	Obrigações Vinculadas à Concessão - P&D	3.620	3.230	11.796
6.01.02.09	Impostos e Contribuições	64.027	-41.416	-35.824
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	-138.047	201.010	-90.267
6.01.02.11	Outros Passivos	4.389	-11.805	-6.950
6.01.02.12	Encargos Regulamentares e Setoriais	6.361	-4.255	-1.365
6.01.02.13	Provisões Socioambientais	-20.606	-62.168	-116.247
6.01.02.14	Outros Ativos	-2.439	-14.724	-25.683
6.01.02.17	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-18.156	-456.048	-227.082
6.01.02.18	Encargos de Uso da Rede	-37.216	3.095	4.474
6.01.02.19	Adiantamentos à Fornecedores - Compra de Energia	38.700	-42.659	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.03	Outros	-1.212.900	-475.700	-519.274
6.01.03.01	Pagamento de Juros e Encargos sobre Debêntures	-126.877	-165.909	-211.437
6.01.03.02	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-1.061.058	-284.106	-285.051
6.01.03.03	Pagamento de Uso do Bem Público	-24.855	-23.693	-22.786
6.01.03.05	Pagamento de Contingências	-110	-1.992	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	86.606	-134.220	-73.128
6.02.01	Depósitos em Garantia	109.182	-103.285	-59.022
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-20.533	-29.565	-11.920
6.02.03	Adições ao intangível	-2.043	-1.370	-2.186
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-305.118	-151.104	-40.052
6.03.01	Pagamento de Financiamentos - Principal	-51.342	-13.304	-40.052
6.03.02	Pagamento de Debêntures - Principal	-253.776	-137.800	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-82.897	185.207	11.143
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	262.524	77.317	66.174
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	179.627	262.524	77.317

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.664.356	0	0	-7.829.129	0	1.835.227
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.664.356	0	0	-7.829.129	0	1.835.227
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.513	0	6.513
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.513	0	6.513
5.07	Saldos Finais	9.664.356	0	0	-7.822.616	0	1.841.740

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.664.356	0	0	-6.403.204	0	3.261.152
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.664.356	0	0	-6.403.204	0	3.261.152
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.425.925	0	-1.425.925
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.425.925	0	-1.425.925
5.05.02.06	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-1.425.925	0	-1.425.925
5.07	Saldos Finais	9.664.356	0	0	-7.829.129	0	1.835.227

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.664.356	0	0	-5.470.686	0	4.193.670
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.664.356	0	0	-5.470.686	0	4.193.670
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-932.518	0	-932.518
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-932.518	0	-932.518
5.07	Saldos Finais	9.664.356	0	0	-6.403.204	0	3.261.152

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	4.194.808	3.573.008	3.672.363
7.01.02	Outras Receitas	4.194.808	3.573.008	3.672.363
7.01.02.01	Receitas operacionais	4.194.713	3.572.430	3.672.213
7.01.02.02	Outras receitas	95	578	150
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.489.199	-1.897.537	-1.726.922
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.474.680	-1.868.821	-1.815.964
7.02.04	Outros	-14.519	-28.716	89.042
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.705.609	1.675.471	1.945.441
7.04	Retenções	-841.626	-841.292	-838.436
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-841.626	-841.292	-838.436
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.863.983	834.179	1.107.005
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	265.021	258.769	131.328
7.06.02	Receitas Financeiras	265.021	258.769	131.328
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.129.004	1.092.948	1.238.333
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.129.004	1.092.948	1.238.333
7.08.01	Pessoal	93.003	85.124	87.063
7.08.01.01	Remuneração Direta	67.578	61.621	63.074
7.08.01.02	Benefícios	20.389	19.335	18.248
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.036	4.168	5.741
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.443.514	331.916	416.274
7.08.02.01	Federais	-1.560.273	221.122	209.364
7.08.02.02	Estaduais	116.051	110.247	205.796
7.08.02.03	Municipais	708	547	1.114
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.473.002	2.101.833	1.667.514
7.08.03.01	Juros	3.471.799	2.100.643	1.666.240
7.08.03.02	Aluguéis	1.203	1.190	1.274
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.513	-1.425.925	-932.518
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.513	-1.425.925	-932.518

entário do Desempenho

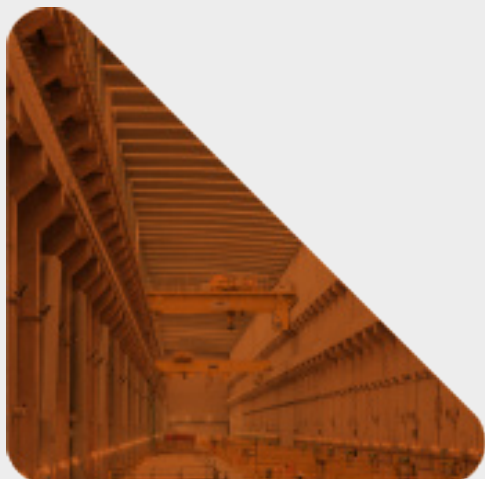
Relatório de Administração **2021**



SantoAntônio
ENERGIA



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Mensagem da Administração	3
Nosso Negócio	8
Composição Acionária	9
Conjuntura Econômica	10
Setor Elétrico e Regulamentação	12
Desempenho da Companhia	14
Demais Assuntos	21

Investimentos	23
Governança Corporativa	24
Compliance	27
Responsabilidade Social e Ambiental	28
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	30
Geração de Empregos Diretos	33
Demais Assuntos	35



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Mensagem da Administração:

2021 - Um ano para se reinventar

O ano de 2021 foi marcado pela capacidade da **Santo Antônio Energia** de se reinventar. Com inovação, sustentabilidade, resiliência e eficiência, a Companhia enfrentou questões resultantes da maior crise hídrica do país dos últimos 90 anos e o segundo ano da pandemia do coronavírus. O máximo aproveitamento da vazão do rio Madeira, em Porto Velho (RO), permitiu a geração de energia limpa e de fonte renovável para suprir substancialmente a demanda do Brasil neste momento tão desafiador.

Mesmo diante desse cenário, não houve um único dia com impacto no processo de geração da usina, que produziu a totalidade da energia contratada, consolidando-se como a quarta maior hidrelétrica do Brasil, batendo o próprio recorde de geração anual pelo segundo ano

consecutivo, com 18.144,87 GWh gerados, superando o ano de 2020, quando foram gerados 17.734,35 GWh (+2,3%).

Em meio ao panorama crítico da situação hídrica do país, que agravou o *Generation Scaling Factor* (GSF) e elevou o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) ao seu nível máximo, as liquidações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a compra de energia representaram um impacto no caixa da Companhia na ordem de R\$ 1 bilhão no ano.

Somado a isso, a elevação de alguns indicadores, como o IPCA e o CDI, impactou o custo da dívida e o aumento das despesas financeiras. Esse significativo crescimento do nível inflacionário do país, atingindo fechamento do ano com índice

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

acumulado muito superior ao previsto no início do exercício (10,1% x 3,3% a.a.), representou um impacto adicional de mais R\$ 356 milhões no custo financeiro da dívida, em relação ao que se estimava no Plano de Negócios 2021-2025.

Contudo, atestando a capacidade da Companhia de se reinventar, a **Santo Antônio Energia** desenvolveu um robusto Plano Emergencial, abrangendo diversas áreas, com o objetivo de preservar o caixa e enfrentar adequadamente a crise.

Inicialmente, a Companhia obteve anuência dos debenturistas para a liberação do saldo da Conta Reserva Estática no montante de aproximadamente R\$ 369 milhões. Outra ação relevante do Plano foi a adesão ao programa de standstill do BNDES, que é um modelo emergencial de suspensão temporária de cobrança de dívidas, que beneficia as hidrelétricas acima de 50MW de capacidade instalada do país, mitigando os efeitos da crise hídrica.

No caso da **Santo Antônio Energia**, a referida medida representa um total aproximado de R\$ 857 milhões em postergações pelo período de sete meses, o que garante um “respiro” financeiro, trazendo maior liquidez ao caixa da Companhia. O standstill também foi resultado de um trabalho articulado entre

as hidrelétricas estruturantes, responsáveis por mais de 10% de toda a capacidade instalada do país.

Com o apoio de todos os seus integrantes, a Companhia lançou o Programa de Redução de Custos Internos, o Preserve21, tendo como desafios a redução efetiva e a postergação de despesas operacionais, que representou uma economia de mais de R\$ 100 milhões em 2021, sem nenhum impacto nas suas atividades. O sucesso fez com que o programa fosse adotado, de maneira permanente, tornando-se o “Preserve Sempre”, com diretrizes de gestão que reforçam os valores de austeridade, responsabilidade e realidade na **Santo Antônio Energia**.

Ainda enfrentando os efeitos da pandemia no Brasil, com altos números de casos de infecção, reinfecção e óbitos, a Companhia manteve o foco em atender plenamente à demanda do Operador Nacional do Sistema (ONS), sem descuidar da segurança das suas equipes na usina, em Porto Velho, e no escritório administrativo, em São Paulo.

Diversos protocolos de segurança foram planejados, desenvolvidos e implantados para garantir que os trabalhadores da **Santo Antônio Energia** tivessem condições adequadas de manter em funcionamento a quarta maior

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

geradora do país, com capacidade para produzir energia suficiente para atender um consumo equivalente ao de 45 milhões de pessoas.

Comitês diretivo e técnico acompanharam de perto os números da pandemia diariamente, apoiando a implantação de barreiras sanitárias, utilização de equipamentos de proteção, adequações de espaço, definição de uma ampla rotina de testagem semanal em integrantes, equipes terceirizadas, fornecedores, visitantes, além do acompanhamento psicossocial para as equipes e suas famílias, com uma comunicação próxima, clara e transparente.

Após 16 meses de distanciamento e trabalho remoto, com o avanço da vacinação no país e mais de 50% dos integrantes imunizados, a Companhia iniciou o plano de retomada gradual ao trabalho presencial. A volta aos escritórios ocorreu em um momento de celebração, com o ingresso da **Santo Antônio Energia** na 36ª posição do ranking do Great Place To Work, das 100 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, na categoria Indústria. Em sua primeira participação na pesquisa, a **Santo Antônio Energia** foi certificada a partir da confiança que os integrantes demonstram na gestão eficiente, na liderança engajadora e nos processos estruturados da companhia, alinhados com as melhores práticas do mercado.

A empresa avançou também na consolidação de instrumentos que reforçam uma governança cada vez mais sólida, com a implantação de políticas como a Verificação de Conflito de Interesses, no âmbito de integridade entre colaboradores e contratados, além da política que atende aos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados, de segurança de dados e informações para empresa e seus públicos de relacionamento.

Outra grande conquista foi o recebimento do prêmio Empresa Pró-Ética, que é a mais importante premiação da área de Compliance no Brasil. O prêmio é uma parceria entre o Instituto Ethos e a Controladoria-Geral da União (CGU) para avaliar e divulgar as companhias que voluntariamente se engajam na construção de um ambiente de integridade e de confiança nas relações comerciais, inclusive nas que envolvem o setor público. Mais de 230 empresas foram inscritas, mas somente 66 receberam o reconhecimento.

Ainda no segundo semestre, a **Santo Antônio Energia** teve reconhecido pela Aneel seu direito à ampliação da concessão da hidrelétrica por quatro anos e três meses adicionais, alterando sua vigência de junho de 2043 para setembro de 2047.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A mudança representou um impacto positivo no resultado da Companhia em 2021 da ordem de R\$ 890 milhões, contribuindo com o maior EBITDA já registrado pela empresa em termos absolutos e percentuais (R\$ 2.255 milhões e 60% de margem).

A extensão dos prazos de concessão foi homologada pela Aneel e atendeu ao grupo de hidrelétricas impactadas, participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), para compensação dos prejuízos originados por riscos não hidrológicos à operação, referentes ao período de março de 2012 a dezembro de 2020. No caso da **Santo Antônio Energia**, a medida ajusta parte de um desequilíbrio passado, tendo em vista que a Companhia terá mais tempo para comercializar a garantia física da usina, garantindo maior receita futura.

Consciente da sua importância para o Brasil e, principalmente, para o estado de Rondônia, a **Santo Antônio Energia** também realizou um profundo diagnóstico de imagem a partir de pesquisa com seus principais stakeholders e colocou em prática um robusto plano de comunicação e relacionamento para se aproximar ainda mais de seus públicos de interesse, em uma clara demonstração de compromisso com a sociedade, apresentando-se cada vez mais próxima, inclusiva e aberta ao diálogo.

Com um histórico de mais de R\$ 2 bilhões de investimentos em programas socioambientais, desenvolvidos em Porto Velho e região desde a implantação da usina, a **Santo Antônio Energia** marca o ano de 2021 com uma nova visão de sustentabilidade, cada vez mais estruturada no contexto das melhores práticas ambientais, sociais e de governança, em alinhamento com a tendência global ESG.

Com um novo olhar para a Amazônia, atuação integrada com os principais agentes e interlocutores comprometidos com o desenvolvimento sustentável, a Companhia retomou seus estudos para comercialização de créditos de carbono e avançou internamente nas tratativas para o tema. Foi ainda a primeira empresa a formalizar solicitação de associação ao Instituto Amazônia+21, iniciativa empresarial criada com o apoio da Federação das Indústrias de Rondônia (FIERO) e da Confederação Nacional de Indústria (CNI) para promover negócios sustentáveis na Amazônia, conectar grandes empresas com empreendedores locais e articular projetos inovadores na Região Norte do país.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A associação ao Instituto Amazônia+21 significa a efetividade do apoio da **Santo Antônio Energia** à realização de negócios inovadores que impactem positivamente a Amazônia Legal, orientados pelos princípios da sustentabilidade e visando o desenvolvimento social e econômico.

O ano de 2021 também foi marcado pela alteração da sua governança com a entrada da nova presidente do conselho Solange David, o Diretor-Presidente Daniel Faria e a Diretora Financeira e de Relações com Investidores Ana Paula Romantini. A mudança faz parte das iniciativas alinhadas entre os Acionistas e delineadas estrategicamente pelo Conselho de Administração para continuar impulsionando a quarta maior usina hidrelétrica do País.

É uma marca forte do DNA da **Santo Antônio Energia** a superação, a resiliência e o compromisso com o desenvolvimento sustentável da região onde atua. A empresa continuará atenta aos desafios futuros com o mesmo compromisso e com a certeza de que é uma empresa fundamental para o Brasil e financeiramente sustentável a longo prazo.

Daniel Costa – Presidente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nosso Negócio:

energia limpa e renovável

A **Santo Antônio Energia** é a concessionária responsável pela implantação e exploração da **Hidrelétrica Santo Antônio**, uma das cinco maiores obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal do Brasil. Foi constituída em janeiro de 2008 e está localizada no rio Madeira, em Porto Velho, Rondônia.

Com 50 unidades geradoras em operação comercial e capacidade instalada de 3.568 MW e 2.424 MWm de garantia física, a **UHE Santo Antônio** destaca-se pela utilização de turbinas do tipo “Bulbo” – que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, como barragem a fio d’água.

Sua construção foi iniciada no segundo semestre de 2008, e a primeira unidade geradora entrou em operação comercial em março de 2012, nove meses antes do previsto em seu Contrato de Concessão, que inicialmente tinha duração de 35 anos a partir de sua assinatura, efetuada em 13 de junho de 2008. Em 2021, com a aplicação da Lei 14.052/2020, a vigência da concessão foi ampliada em 4 anos e 3 meses, passando para 13 de setembro de 2047.



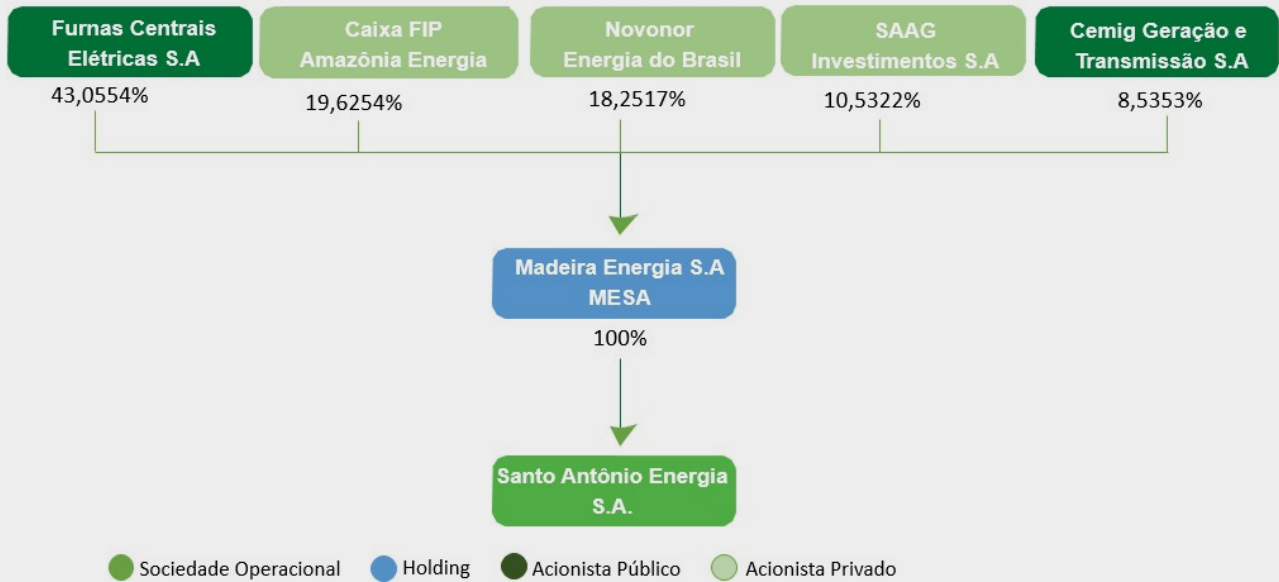
Em fase de geração plena, com todas as unidades em operação comercial desde janeiro de 2017, a hidrelétrica produz energia de fonte limpa e renovável, com índices de rendimento comprovados perante o Poder Concedente, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros.

A **UHE Santo Antônio** está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de duas linhas de transmissão em alta tensão (500 kV) e corrente contínua, além de ter outra linha de 230kV construída para atender ao consumo exclusivo dos estados de Rondônia e Acre. Com extensão de 2.400km, as mais longas do mundo, essas linhas ligam a subestação conversora construída na cidade de Porto Velho, em Rondônia, à subestação de Araraquara, no estado de São Paulo, atravessando cinco estados e 90 municípios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Composição Acionária

A **Santo Antônio Energia** é controlada pela Madeira Energia S/A - MESA, que detém 100% do seu capital total e possui a seguinte composição acionária:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Conjuntura Econômica

Após passar pelo pior período da pandemia do coronavírus, a partir da vacinação, em 2021, a situação sanitária no Brasil foi melhorando gradualmente. Entretanto, a atividade econômica apresentou desaceleração, refletindo o aumento da inflação e a diminuição do poder de compra do consumidor. O crescimento previsto do PIB de 2021 será de 4,5% e a projeção para 2022 é estimada em 0,3%.

O Real deve permanecer em patamar historicamente depreciado nos próximos anos, com projeção de R\$ 5,65 por dólar em 2022, principalmente devido às incertezas relacionadas à evolução das contas públicas nos próximos anos e ao cenário global desafiador para ativos de risco com aumento das pressões inflacionárias e antecipação do aumento dos juros nos EUA.

A crise hídrica, aliada à pressão inflacionária e às incertezas fiscais, tornou a inflação ainda mais disseminada, com maior risco de persistência em 2022. O IPCA apurado em 2021 foi de 10,06%, tendo por principais responsáveis a alta dos combustíveis, a energia elétrica e os alimentos, enquanto

a inflação esperada para 2022 gira em torno de 5%. Índices muito acima dos centros das metas inflacionárias estabelecidas pelo Banco Central: 3,75% e 3,50%, para 2021 e 2022, respectivamente. Cabe destacar que esse índice é utilizado pela Companhia para atualização dos preços de seus contratos de venda de energia, serviços contratados, debêntures emitidas e de seus contratos de financiamento (BNDES Finem).

No combate à alta da inflação, o COPOM (Comitê de Política Monetária) sinalizou que seguirá na estratégia de aperto monetário até que haja consolidação, tanto do processo de desinflação quanto da ancoragem das expectativas em torno das metas. Dessa forma, a projeção da taxa SELIC tem previsão de fim do ciclo de aumento em 11,75% ao fim do primeiro trimestre de 2022 e manutenção da taxa ao longo do ano.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com o aumento das chuvas ao fim de 2021, houve uma melhora na percepção do risco hidrológico, entretanto, há a perspectiva de um cenário mais restritivo no decorrer de 2022, podendo impactar o custo da energia no segundo semestre, com consequente reflexo na inflação. Nesse cenário mais agravado, a economia poderá sofrer com impacto nos preços dos ativos, depreciação cambial, queda do PIB e bolsa, além da alta nos juros e desemprego.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Setor Elétrico e Regulamentação

O ano de 2021 foi um período de muitos desafios para o setor elétrico, em especial devido à grande crise hídrica. A precipitação observada em algumas bacias hidrográficas, com destaque para as dos rios Grande, Paranaíba e Paraná, foi significativamente abaixo da média histórica, constatando-se o pior histórico de hidrologia em 91 anos (1931/2021), trazendo como consequência a degradação dos níveis de armazenamento nos reservatórios e a consequente elevação de preços de energia.

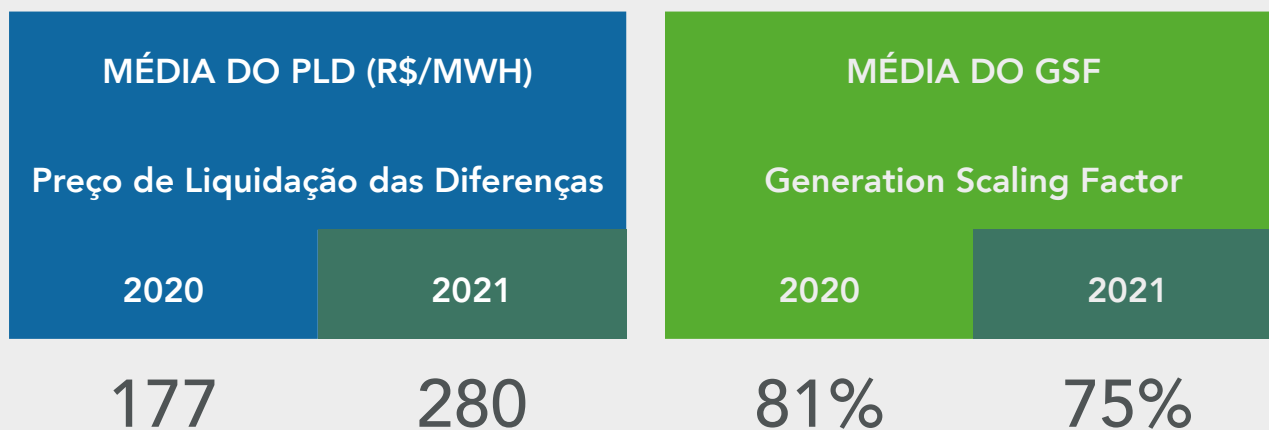
Com a configuração da crise hídrica, e para evitar um colapso energético, o governo editou uma Medida Provisória para criar a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), cujo objetivo foi estabelecer condições emergenciais de operação dos reservatórios das usinas hidrelétricas, alteração de limites de uso, armazenamento, vazão, e outras medidas mitigadoras. Na prática, foram adotadas medidas pelo lado da oferta e demanda de energia. Pelo lado da oferta, foi intensificado o despacho termoelétrico, a importação de energia e foram flexibilizadas as restrições operativas.

Já pelo lado da demanda, foram realizadas campanhas de racionalização e conscientização do uso da energia e água, além da instituição de programas de incentivo para reduções voluntárias no consumo de energia.

As usinas hidrelétricas foram impactadas severamente pelo regime hidrológico, operando reservatórios em capacidade abaixo da média dos últimos anos, o que levou o Operador Nacional do Sistema (ONS) a priorizar o despacho de energia por meio das usinas termoelétricas, buscando preservar os níveis dos reservatórios para o período seco, aumentando a exposição das hidrelétricas ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

No contexto dos indicadores do setor elétrico, em razão da crise hídrica e das ações adotadas pelo governo para evitar o “colapso energético” verificou-se significativa elevação do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) médio anual de 2021 em relação a 2020, e a expressiva degradação do Generation Scaling Factor (GSF).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



2021 também ficou marcado pelo fim de uma longa discussão entre o governo e os geradores hidrelétricos acerca do GSF passado.

Iniciado em 2020, com a publicação da Lei 14.052, e, posteriormente, em 2021, com a edição da Lei 14.182 e regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), houve a compensação aos agentes participantes do MRE, mediante extensão do prazo de concessão, pelos efeitos causados pela Geração Termoelétrica Fora da Ordem de Mérito (GFOM) e importação de energia, retroativos a 2013, bem como pelos efeitos causados pela antecipação da garantia física e restrições de transmissão das usinas estruturantes.

A ANEEL homologou os cálculos de extensão de concessão apresentados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que, no caso da Santo Antônio Energia, resultou em 1.554 dias (4 anos e 3 meses), estendendo a concessão para setembro de 2047, correspondente a R\$ 831 Milhões (base dez/20). Este valor, atualizado para set/21, corresponde a R\$ 890 MM.

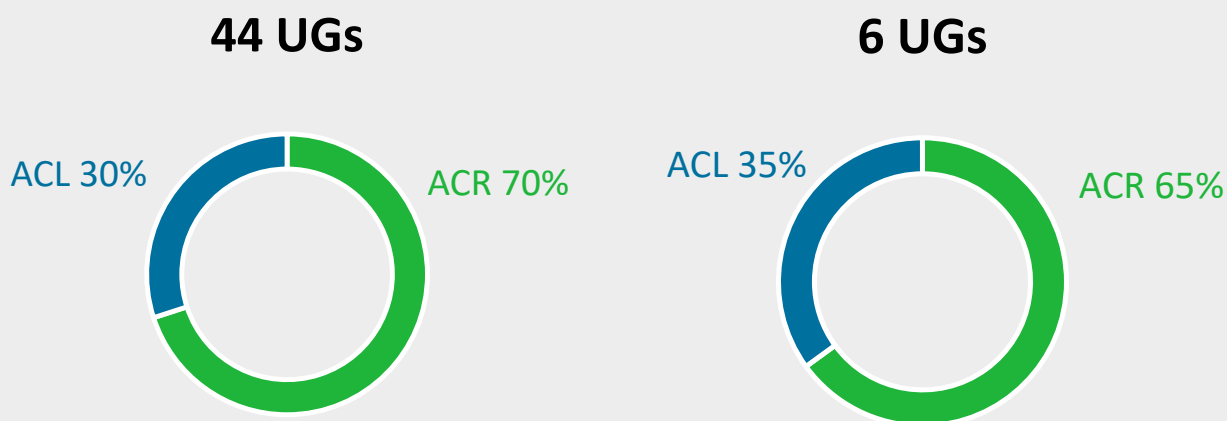
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho da Companhia

Receita Operacional Líquida

A Companhia apresentou, no exercício de 2021, receita operacional líquida de R\$ 3.758 milhões, alta de 17% ou R\$ 558 milhões maior em relação ao mesmo período de 2020 (R\$ 3.200 milhões), devido ao reajuste das tarifas e ao término das descontrações de 200 MWm, realizadas em 2017, para hedge hidrológico.

A energia assegurada foi comercializada em sua totalidade por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (ACR) e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (ACL), conforme abertura a seguir:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custos Operacionais

Os custos operacionais do período apresentaram um decréscimo de 16%, passando de R\$ 2.691 milhões para R\$ 2.264 milhões, impactado principalmente pelo ressarcimento do GSF histórico, que teve seu efeito reduzido substancialmente pelas

liquidações na CCEE, decorrentes da crise hídrica, combinação adversa das curvas de GSF e PLD, que promoveram maior exposição energética e financeira para mitigação do risco hidrológico.

R\$ MM

	2021	2020	Var.	Var.%
CCEE/Energia Comprada	(957)	(487)	(470)	97%
Encargos Setoriais	(1.179)	(1.193)	14	-1%
Pessoal	(75)	(67)	(8)	13%
Material	(12)	(17)	5	-29%
Depreciação e amortização	(841)	(840)	(1)	0%
Serv. de terceiros/Outros	(91)	(87)	(4)	4%
Custos Operacionais Ajustados	(3.154)	(2.691)	(463)	17%
Ressarcimento do GSF histórico	890	0	890	+100%
Custos Operacionais	(2.264)	(2.691)	427	-16%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas Gerais e Administrativas

R\$ MM

	2021	2020	Var.	Var.%
Pessoal	(32)	(32)	(0)	1%
Serv. de terceiros	(40)	(40)	(0)	1%
Seguros	(0)	(3)	3	-83%
Outros	(8)	(8)	1	-7%
Total	(81)	(83)	2	-3%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido negativo passou de R\$ 1.853 milhões em 2020 para R\$ 3.210 milhões em 2021. Essa variação deve-se ao aumento das despesas financeiras principalmente

impactadas pelo IPCA, enquanto as receitas financeiras se mantiveram praticamente em linha em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme abertura abaixo:

Receitas Financeiras

Registra-se um incremento de R\$ 6 milhões em 2021. A receita financeira apurada no período foi de R\$ 265 milhões, frente a R\$ 259 milhões referente aos

dispêndios reembolsáveis (gastos realizados pela Companhia que serão reembolsados pelo Consórcio Construtor Santo Antônio – CCSA, objeto da arbitragem).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas Financeiras

As Despesas Financeiras passaram de R\$ 2.112 milhões em 2020 para R\$ 3.475 milhões em 2021, impactadas pelo aumento dos

encargos financeiros, principalmente pela alta de 10% do IPCA, muito superior ao índice registrado em 2020 (4,5%).

R\$ MM

	2021	2020	Var.	Var. %
Rec. aplicações financeiras	19	12	7	61%
Outras rec. financeiras	5	1	4	+100%
Var. monetárias moeda nacional	267	241	26	11%
Var. monetárias (UBP*)	9	6	3	56%
(-) Tributos receitas financeiras	(35)	(1)	(34)	+100%
Receitas Financeiras	265	259	6	2%
Juros de dívidas	(3.006)	(1.813)	(1.193)	66%
Var. monetárias (UBP*)	(58)	(35)	(23)	64%
Var. monetárias moeda nacional	(380)	(259)	(121)	47%
Outras despesas financeiras	(31)	(4)	(27)	+100%
Despesas Financeiras	(3.475)	(2.112)	(1.363)	65%
Resultado Financeiro	(3.210)	(1.853)	(1.357)	73%

* UBP: Uso do Bem Público

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

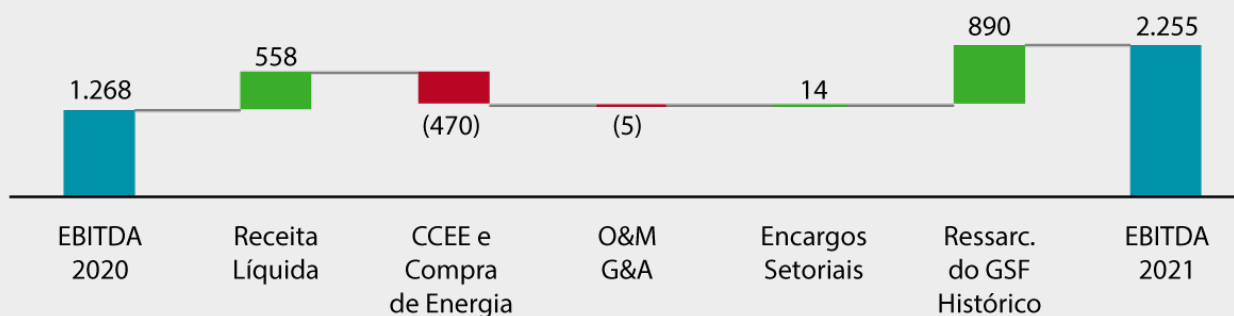
EBITDA

No ano de 2021, o EBITDA da companhia alcançou o montante de R\$ 2.255 milhões (margem de 60%). Este resultado é superior ao resultado apurado no mesmo

período de 2020, mesmo ao desconsiderar o ressarcimento do GSF histórico, conforme explicado no item Custos Operacionais.

R\$ MM

	2021	2020	Var.	Var.%
EBITDA Ajustado	1.365	1.268	97	8%
Ressarcimento do GSF histórico	890	0	890	-
EBITDA/DRE	2.255	1.268	987	78%
Margem EBITDA	60%	40%	20%	51%



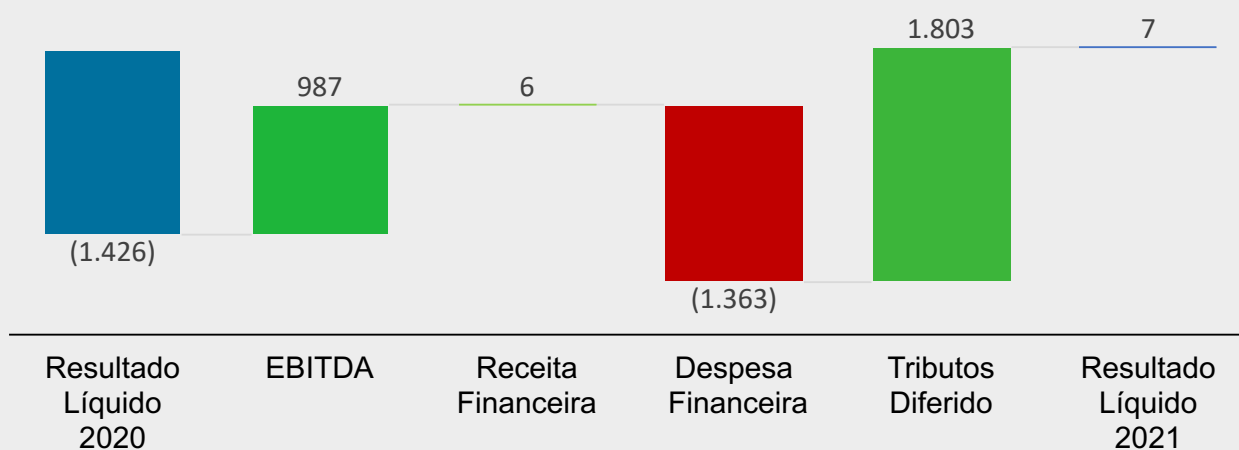
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Líquido do Período

A Companhia registrou lucro de R\$ 7 milhões em 2021 frente a um prejuízo de R\$ 1.426 milhões quando comparado com 2020, impactado positivamente pelo reconhecimento de tributos diferidos (evidência da

existência de lucros futuros), além da melhora no EBITDA.

As principais variações podem ser observadas no gráfico a seguir:



Perfil do Endividamento

O saldo correspondente à dívida da SAE em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 18.706 milhões, conforme demonstrado no detalhamento por

tipo de financiamento e por forma de indexação. O Custo Médio da dívida é de IPCA + 7,23%.

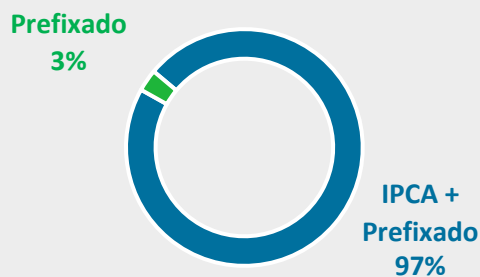
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$ MM

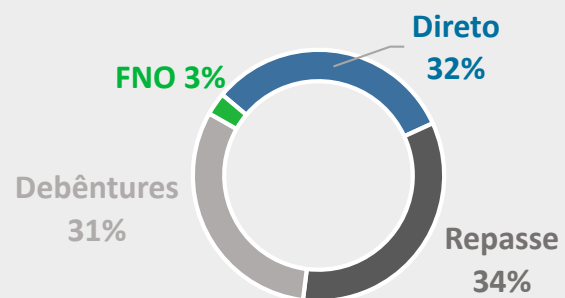
Origem	Custo	Dívida Bruta	%	Venc.
BNDES		12.429	66%	-
BNDES Direto	IPCA + 7,00%	6.047	32%	set-40
BNDES Repasse	IPCA + 7,87%	6.382	34%	set-40
FNO	8,5% Pré-fixado*	526	3%	dez-30
Debêntures		5.751	31%	-
1ª Emissão		4.623	25%	-
1ª Série	IPCA + 6,5%	2.360	13%	out-37
2ª Série	IPCA + 6,5%	2.263	12%	jun-38
2ª Emissão	IPCA + 6,2%	200	1%	dez-22
3ª Emissão		928	5%	-
1ª Série	IPCA + 7,05%	134	1%	abr-22
2ª Série	IPCA + 7,49%	794	4%	abr-24
Total		18.706	100%	

* Taxa de 10% a.a. considerando um bônus de adimplência de 15%.

Perfil da Dívida



Origem



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demais Assuntos

Covenants

A Companhia possui contratos de financiamentos junto ao BNDES Finem e Escrituras de Debêntures que possuem cláusulas restritivas (covenants financeiros e não financeiros), que foram adequadamente cumpridas no exercício de 2021.

O ano de 2021 foi o primeiro ano do acompanhamento integral dos covenants da Companhia por meio de um sistema sofisticado para gestão eficiente e maior controle de suas obrigações. O sistema reforça a gestão e o controle das obrigações assumidas nos Contratos de Financiamentos.

Cabe ressaltar que, especificamente para o covenant Patrimônio Líquido/Ativo Total, a SAE obteve waiver dos debenturistas da 2ª e 3ª emissões pelo não atingimento do covenant, válido até o encerramento do exercício social de 2021, conforme obrigação constante nas escrituras dessas emissões, de manter o indicador igual ou superior a 25%. Em 2021, este indicador foi de 8%.

Para o covenant Dívida Líquida/Patrimônio Líquido, foi obtido waiver dos debenturistas da 1ª emissão pelo não atingimento do covenant, até o encerramento do exercício social de 2028, conforme termos da Escritura de Debêntures dessa emissão, de manter o indicador em um valor inferior a 3,5x. Em 2021, este indicador foi de 10,1x.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Rating

Em abril de 2021, a Companhia obteve a afirmação da manutenção do rating em BBB-(bra) pela agência "Fitch Ratings" em relação à 3ª emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 02 (duas) Séries, para Distribuição Pública ("3ª Emissão") e da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 02 (duas) Séries, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais ("1ª Emissão").

StandStill (BNDES Finem)

Em setembro de 2021, o BNDES lançou uma medida emergencial para suspensão de pagamentos por até sete meses para as usinas hidrelétricas acima de 50 MW de capacidade instalada, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos da pandemia do coronavírus e, principalmente, da crise hídrica.

A **Santo Antônio Energia** conseguiu a aprovação de todos os credores e começou a se beneficiar dessa suspensão de pagamentos a partir de dezembro de 2021 até junho de 2022, gerando um alívio para o caixa da Companhia em um total aproximado de R\$ 857 milhões em postergações pelo período de sete meses. Cabe destacar que as parcelas postergadas serão capitalizadas ao saldo devedor, sem incidência de juros de mora durante o período de suspensão e sem alteração do prazo de amortização da dívida.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimentos

Sob impacto dos efeitos da pandemia da Covid-19, os investimentos previstos para a maximização da performance da **UHE Santo Antônio** foram redirecionados para os próximos anos. Decisão orientada pelo plano de contingência devido às condições da pandemia.

Os investimentos realizados no ano de 2021 totalizaram R\$ 40 milhões e foram direcionados principalmente para:

- Indenizações e regularizações fundiárias;
- Obras no Distrito de Jaci-Paraná;
- Monitoramentos socioambientais, em atendimento às condicionantes da licença de operação;
- Projetos na planta fabril, tais como:
 - » Aquisição de rodas para o início da implantação do projeto de lubrificação das rodas da comporta vagão;
 - » Aquisição de equipamentos para manutenção como o termovácuo para desumidificar o óleo lubrificante, permitindo a sua reutilização;
 - » Implantação da alimentação elétrica do núcleo administrativo, por meio da energia do serviço auxiliar da usina, com energização prevista para janeiro de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Governança Corporativa

A **Santo Antônio Energia** pauta sua atuação pela transparência nas relações, com metas claras de desempenho e compromissos assumidos com nossos investidores, clientes, integrantes, fornecedores

e a sociedade, de modo geral. De acordo com o Estatuto Social da **Santo Antônio Energia**, o Conselho de Administração é composto da seguinte forma:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato

Mandato unificado de um ano. Permite reeleição.

Composição

O Conselho de Administração da **Santo Antônio Energia** é composto por 11 membros efetivos, sendo dois conselheiros independentes e respectivos suplentes.

Observação: conforme o Regulamento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, no mínimo, 20% deverão ser conselheiros independentes e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os eleger.

A Companhia possui um sistema de governança formal, com os seguintes instrumentos em vigor:

- Estatuto Social
- Política de Conflito de Interesses
- Acordo de Acionistas
- Código de Governança, sendo os dois últimos documentos relativos à controladora MESA e aplicável, no que couber, à **Santo Antônio Energia**.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

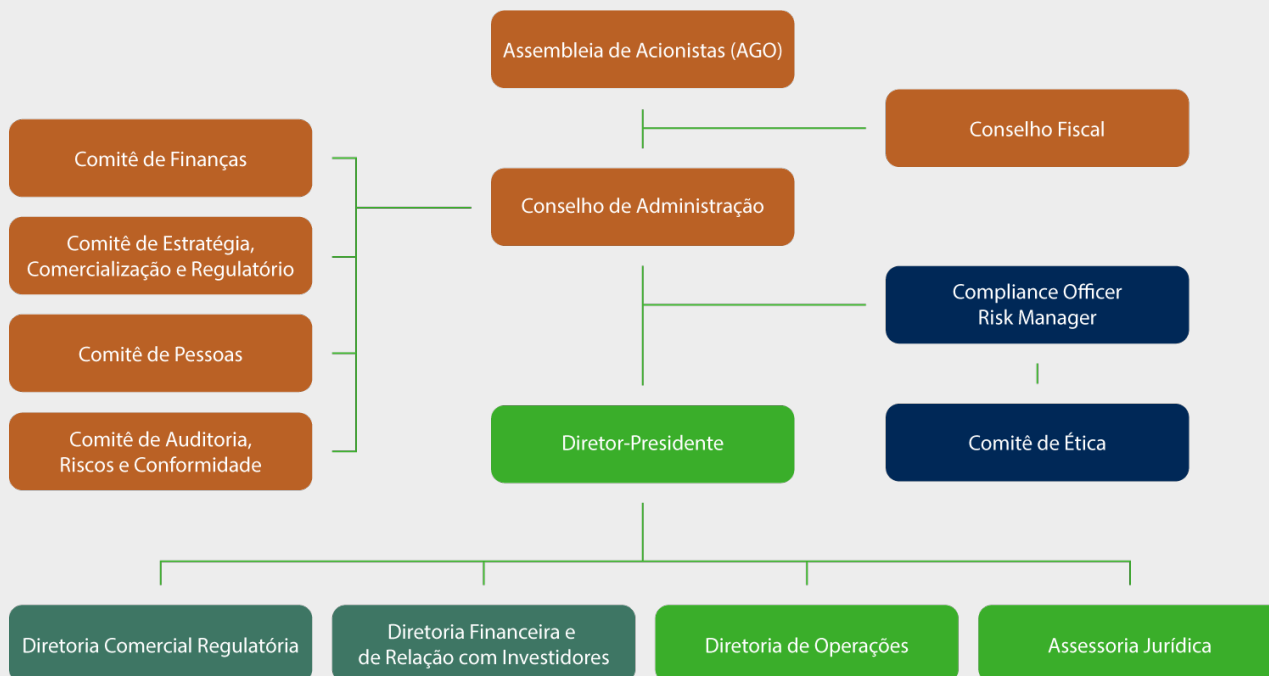
Adicionalmente, para melhor desempenho de suas funções, o Conselho de Administração poderá valer-se de Comitês de Apoio, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração atualizado em 31 de janeiro de 2020.

Atualmente, a Companhia possui quatro comitês permanentes:

- Comitê de Pessoas
- Comitê de Finanças
- Comitê de Auditoria, Riscos e Conformidade e
- Comitê de Estratégia, Comercialização e Regulatório

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Estrutura Corporativa e Governança



O Portal de Governança completou em 2021 seu segundo ano de operação, garantindo aos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Apoio, do Conselho Fiscal e da Diretoria maior transparência e facilidade no acesso às informações necessárias para um melhor desempenho de suas responsabilidades legais e estatutárias.

Diante da atual estrutura apresentada, a **Santo Antônio Energia** compromete-se a continuar aplicando e aperfeiçoando constantemente todos os procedimentos necessários para o atendimento das melhores práticas de Compliance e de Governança Corporativa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Compliance

A empresa atua de forma contínua para a manutenção de um ambiente de trabalho íntegro e transparente. Nesse sentido, a ampliação dos pilares do Programa de Compliance e sua integração à cultura da **Santo Antônio Energia** contou com o total envolvimento dos integrantes e de nossos parceiros de negócios.

Em relação à Gestão dos Riscos Corporativos, no decorrer do ano de 2021, a Companhia monitorou e implementou planos de ações mitigadores em um trabalho integrado e multidisciplinar.

Merecem ainda destaque outras importantes atividades realizadas ao longo de 2021: (i) Treinamento de Compliance para todos os integrantes e colaboradores terceiros; (ii) Realização de Due Diligences relacionadas a novas contratações; (iii) Gestão do Canal de Denúncias, incluindo as devidas apurações; (iv) Atualização e Mapeamento de Conflito de Interesses; (v) Atualização do Compliance Risk Assessment; (vi) Realização de Auditorias Internas de acordo com o cronograma anual estabelecido.

A **Santo Antônio Energia** apoia os dez princípios do Pacto Global da ONU sobre Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção. O Pacto é uma iniciativa voluntária que fornece diretrizes mundiais para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras.

Um destaque especial deste ano na **Santo Antônio Energia** foi o recebimento do prêmio Empresa Pró-Ética, que é o mais importante reconhecimento da área de Compliance no Brasil.

O prêmio é uma parceria entre o Instituto Ethos e a Controladoria-Geral da União (CGU) para avaliar e divulgar as companhias que voluntariamente se engajam na construção de um ambiente de integridade e de confiança nas relações comerciais, inclusive nas que envolvem o setor público.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Responsabilidade Social e Ambiental

A **Santo Antônio** é referência em produção de energia limpa e de fonte renovável no Brasil e no mundo.

Desde a sua concepção, o projeto da **Hidrelétrica Santo Antônio** foi desenvolvido para obter o máximo de aproveitamento do potencial dos recursos hídricos do rio Madeira com o mínimo impacto socioambiental na região, cuja preservação da biodiversidade é foco permanente. Nesse sentido, já foram investidos mais de R\$ 2 bilhões em sustentabilidade, permitindo o desenvolvimento de 28 programas socioambientais, a fim de mitigar possíveis impactos decorrentes da implantação da hidrelétrica.

Esses programas são focados em ações voltadas para a comunidade, proteção do ambiente físico (solo, clima, lençóis freáticos e sedimentos) e proteção do meio biótico (flora e fauna aquática e terrestre, qualidade da água, supressão da vegetação e resgate da fauna), reassentamento de comunidades e investimentos nas áreas de saúde pública, educação e infraestrutura.

Reforçando seu compromisso social, a Companhia, por meio de convênio

com a prefeitura de Porto Velho, promoveu no distrito de Jaci-Paraná obras de reforma e ampliação do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, pavimentação com drenagem de 14km de vias urbanas e reforma da ponte de madeira sobre o rio Contra.

A **Santo Antônio Energia** representa um importante vetor de desenvolvimento sustentável na região. De janeiro a dezembro de 2021, a Companhia gerou R\$ 97 milhões em *royalties*, totalizando R\$ 658 milhões desde o início de sua operação, distribuídos entre o estado de Rondônia (25%), o município de Porto Velho (65%) e a União (10%). Uma contribuição permanente e de extrema relevância para os beneficiados.

A **Santo Antônio Energia** adere aos Princípios do Equador e Padrões de Desempenho da International Finance Corporation (IFC), no âmbito dos compromissos pactuados com os Bancos Credores. O atendimento aos instrumentos é verificado por meio de uma Consultoria Socioambiental Independente (CSI) em missão anual de monitoramento

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

e análise do dashboard de indicadores, contemplando informações do empreendimento em período intermediário ao próximo monitoramento, com o objetivo de manter as equipes envolvidas e atualizadas sobre a Companhia.

Em 2021, o Sistema de Gestão Integrada (SGI) da **Santo Antônio Energia**, que usa como base as Normas Internacionais ISO 14001 (gestão ambiental) e ISO 45001 (gestão de saúde e segurança do trabalho), executou o seu 8º Ciclo.

Pela primeira vez, a **Santo Antônio Energia** publicará, em 2022, o seu Relatório de Sustentabilidade referente ao exercício de 2021. A publicação segue os padrões da *Global Reporting Initiative (GRI)* – principal referência internacional para o relato da sustentabilidade – e traz uma série de indicadores de desempenho relevantes para o negócio de acordo com a visão de seus *stakeholders*.

Para isso, foi desenvolvido um amplo trabalho em 2021 que definiu o que é mais relevante para os principais grupos de relacionamento da Companhia. O processo teve início justamente com o mapeamento desses públicos e, após análise, os *stakeholders* considerados como prioritários foram: concedente/regulador,

credores, comunidade, integrantes, fornecedores e lideranças.

A partir daí, foram realizadas entrevistas e consultas on-line, levantadas dos tópicos mais importantes, que, analisados de acordo com os pesos de cada grupo, levou a uma lista de nove tópicos materiais. São eles: biodiversidade e ecossistemas; diversidade, inclusão e equidade; eficiência e segurança energética; ética integridade e compliance; estratégia climática; inovação e resiliência do modelo de negócio; investimento e responsabilidade socioambiental; transparência nas relações institucionais e sociais; e saúde, segurança e bem-estar de colaboradores.

Além de aprimorar o engajamento com os stakeholders, todo o processo de construção de materialidade e de reporte de indicadores da GRI – que inclusive são alinhados à agenda global da Organização das Nações Unidas (ONU), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) – eleva o nível de maturidade da Companhia na gestão dos aspectos ESG, organiza métricas e impulsiona a adoção de metas, ajudando na gestão de impactos e na comunicação com os acionistas e o mercado em geral.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

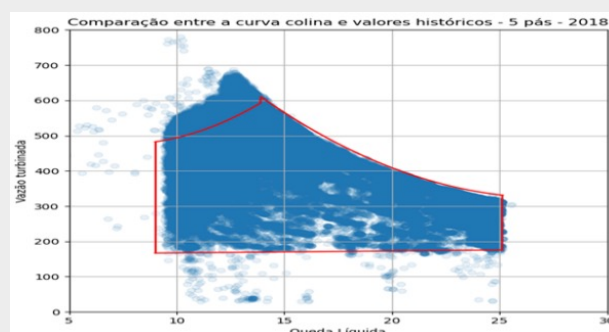
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A **Santo Antônio Energia** é a concessionária responsável pela implantação e operação de uma das maiores usinas hidrelétricas do país na Amazônia Legal. Pelo pioneirismo na implantação de um projeto inédito sob os aspectos ambientais e tecnológicos na fronteira do Amazonas, surgem enormes desafios para melhor exploração energética e gestão do meio ambiente. Assim, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel (P&D), desponta um mundo de possibilidades de iniciativas para o desenvolvimento de projetos.

Por isso, a **Santo Antônio Energia** vai muito além de se enquadrar no rol das empresas que investem em Pesquisa e Desenvolvimento. A Companhia estimula uma gestão voltada para a inovação, alinhada à eficiência operacional das usinas hidrelétricas, crescimento e eficiência, abarcando cultura, pessoas e ferramentas. Acima de tudo, tem como linha mestra atuar com transparência junto à sociedade e aos seus públicos de relacionamento.

Dentre esses projetos, destacam-se:

Despacho Ótimo

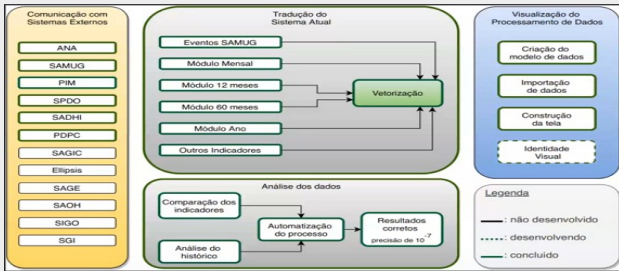


Plataforma computacional para determinar a programação da operação, em um horizonte de um a três dias, atendendo ao despacho ONS, maximizando a eficiência global em tempo real das unidades geradoras e realizando uma análise pós-operativa para avaliação da decisão dos modelos de otimização.

O projeto teve início em agosto de 2019 e tem previsão para término em janeiro de 2022. O valor investido até o momento foi de R\$ 3,1 MM. Atualmente, encontra-se em estágio de desenvolvimento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

FID



Sistema com interface cognitiva e técnicas inteligentes para construção de regras e classificação de eventos, aprimorando o cálculo e a simulação de cenários do FID (Gestão de Risco), auxiliando em decisões de operação, manutenção e evitando/mitigando penalidades quanto à taxa de disponibilidade.

O projeto está na fase de homologação do programa computacional para apuração do FID. Sua data de início foi em janeiro de 2020. A expectativa é de que seja finalizado em janeiro de 2022. O valor investido até o momento é de R\$ 1,6 MM.

Mansônia



Sistema de monitoramento e controle integrado de Mansônia, considerando sua interação com plantas aquáticas, compreende: identificação, caracterização, desenvolvimento e implantação de protocolos de controle e manejo de macrófitas e mosquitos.

Atualmente, está no estágio de pesquisa. O valor investido até o momento é de R\$ 11,5 MM.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Análise de Falhas



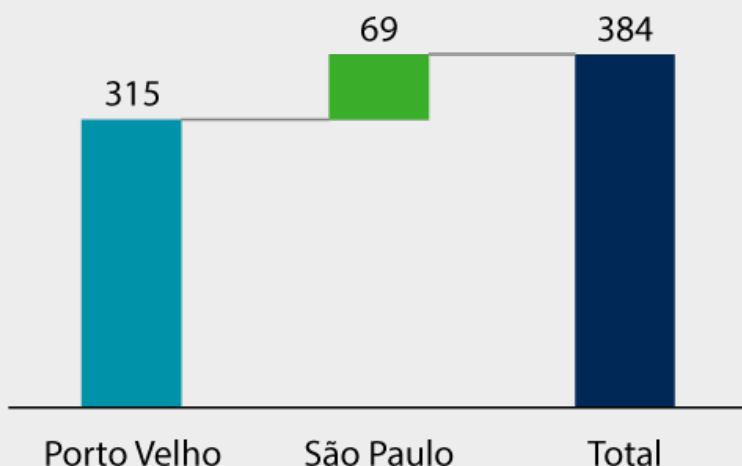
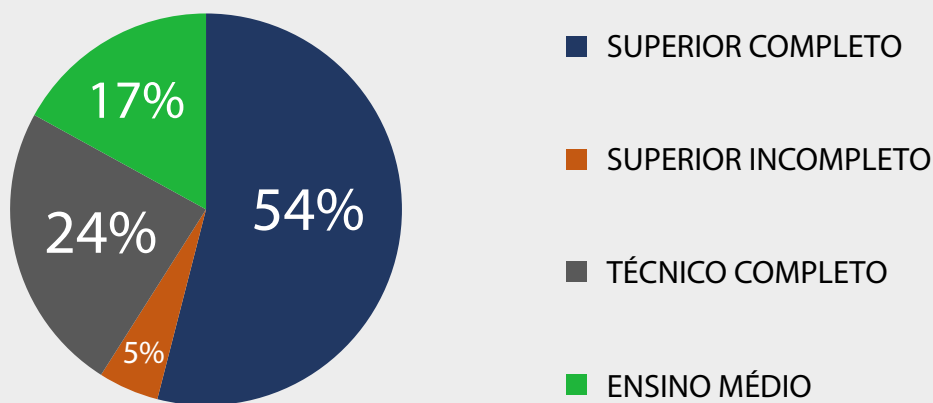
Sistema de Aprendizado de Máquina para diagnóstico de falhas em turbinas, geradores e seus controles, a partir de dados de processo, vibração e acústica, e da FG – Função Geração (tomada d'água, comporta, turbina, gerador e controles, transformador e disjuntor), utilizando dados de processo, vibração e acústica. O projeto, atualmente, está em fase de desenvolvimento. Já foi investido um montante de R\$ 4,23 MM.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Geração de Empregos Diretos

Ao final de 2021, a **Santo Antônio Energia** contava com 384 integrantes, dos quais 82% estavam localizados em Porto Velho. O perfil educacional do seu

quadro de integrantes contempla 54% com nível superior completo e 5% em formação, além de 24% com formação técnica e 17% com ensino médio.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A empresa mantém programas de treinamentos para todos os seus níveis hierárquicos. Em 2021, o investimento em educação foi cerca de R\$ 1 milhão.

Como já destacado, o novo cenário socioeconômico exigiu esforços conjuntos para garantir a segurança e a saúde dos profissionais da **Santo Antônio Energia**. Nesse sentido, com base nos pilares da Companhia, foram desenvolvidas ações para fortalecer os elos entre as pessoas e a Cultura SER (Sinergia, Eficiência e Resultados Sustentáveis), a fim de garantir a qualidade de vida dos seus integrantes, conforto e proteção.

Os treinamentos virtuais foram importantes ferramentas de aproximação e aperfeiçoamento. Com a tecnologia on-line, os treinamentos mantiveram integrantes mais unidos, mesmo com o distanciamento social.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demais Assuntos

Aprovação das Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria Estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foram apresentadas ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 2 de fevereiro de 2022 e que serão oportunamente submetidas à deliberação em AGOE.

Aderência à Câmara de Arbitragem

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da **Santo Antônio Energia**, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em

especial, da aplicação, validade, eficácia interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Política de Distribuição de Dividendos

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o seu Estatuto Social, a Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em cada exercício social, no montante de 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% de reserva legal.

Em função de restrições previstas em contratos de financiamentos em que figura como devedora e nas escrituras de debêntures de sua emissão, a **Santo Antônio Energia** somente poderá distribuir os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, após a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

conclusão física e financeira do projeto. Igualmente, somente poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório após a expressa autorização do BNDES, do banco líder dos bancos repassadores de recursos do BNDES, do Banco da Amazônia e da aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou após a liquidação total dos financiamentos e debêntures.

Constituída em 2008, a Companhia contabiliza prejuízos acumulados até o exercício concluído em 31 de dezembro de 2021. Por esta razão, assim como pelas restrições previstas nos contratos de financiamentos acima referidas, não houve pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

Relacionamento com Auditores Independentes

De acordo com os termos do Estatuto Social da **Santo Antônio Energia**, cabe ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.

A fim de evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos auditores externos independentes, a **Santo Antônio Energia** adota constantemente

procedimentos, como consultar os referidos auditores para assegurar que a realização da prestação desses e de outros serviços não venha a afetar a sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Durante o exercício de 2021, foram prestados outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Os honorários desses serviços não foram significativos, representando menos de 18% do total relacionado à auditoria externa.

Estrutura para o Futuro

2021 foi um ano para se reinventar, mas também para se estruturar de maneira mais adequada para os desafios de 2022 e os anos vindouros, considerando os aspectos operacionais, financeiros, relacionais e os elementos relativos ao cenário ESG e de evolução tecnológica, numa visão estratégica que busca agregar valor à Companhia de forma permanente, responsável e sustentável.

...ração/Comentário do Desempenho



Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Santo Antônio Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Antônio Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto a redução ao valor recuperável (“impairment”) do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos classificados pela Companhia na rubrica do imobilizado somavam o montante de R\$17.608.074 mil, conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras. Tais ativos são referentes à usina hidrelétrica Santo Antonio, e considerados como uma única unidade geradora de caixa, conforme definição estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1)/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi o valor em uso, que requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas subjetivas, tais como: (i) estimativa de fluxos de caixa futuros que a Companhia espera obter com a utilização de seus ativos; (ii) estimativa dos custos necessários para geração de energia, tais como “TUST”, “GSF” e “FID”; e (iii) definição da taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto a estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados a geração de energia; e (iii), há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável desta unidade geradora de caixa; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em valorização para nos auxiliar na avaliação da razoabilidade do modelo de avaliação, e na metodologia e na taxa de desconto utilizada; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas, dos custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável desta UGC.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$2.308.282 mil, oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera provável a geração lucros tributáveis futuros suficientes para sua utilização.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; e (ii) há julgamento envolvido quanto a determinação de bases tributáveis futuras, baseadas nas projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, dentre as quais, a capacidade de geração de energia no futuro (que pode ser impactada por riscos hidrológicos), o preço contratado e corrigido de venda dessa energia, além de premissas de custos operacionais e financeiros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise de realização destes impostos diferidos; (ii) confronto das bases de cálculo dos prejuízos fiscais e bases negativas com as escriturações fiscais correspondentes; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas, dos custos de geração de energia, dos custos financeiros, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre estes impostos diferidos.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de realização dos impostos diferidos, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Investigações legais – riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras, em resposta a notícias veiculadas na mídia a partir do ano de 2015, com as delações premiadas no contexto da Operação Lava Jato, sobre o suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à Companhia com alegações de possíveis atividades ilícitas, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), a administração da Companhia conduziu investigação independente, concluída em fevereiro de 2019, que concluiu que, salvo novos desdobramentos em decorrência de investigações e correspondentes medidas legais ainda não concluídas, não existem evidências objetivas que corroborem as alegações feitas. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o “Relatório da Administração”, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

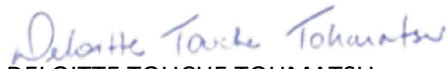
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcio Albuquerque Cavalcanti
Contador
CRC nº 1 SP 264164/O-2

Notas Explicativas

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	179.627	262.524	Fornecedores	14	169.250	216.947
Contas a receber	6	417.219	357.339	Obrigações estimadas com pessoal		21.950	21.584
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		10.818	19.465	Empréstimos e financiamentos	15.1	116.120	107.579
Tributos compensáveis		5.437	5.697	Debêntures	15.2	541.358	306.533
Estoques		83.320	81.300	Impostos e contribuições	16	54.625	45.411
Depósitos em garantia	7	146.549	98.145	Adiantamentos de clientes	17	146.296	137.926
Despesas pagas antecipadamente	9	38.431	34.810	Encargos regulamentares e setoriais		69.292	70.849
Outros ativos	8	46.299	85.737	Cauções em garantia	18	20.567	20.026
Total do ativo circulante		<u>927.700</u>	<u>945.017</u>	Concessões a pagar	19	26.234	23.842
				Provisões socioambientais	20	211.874	193.806
				Outras provisões	22	168.032	-
				Outros passivos		5.110	2.030
				Total do passivo circulante		<u>1.550.708</u>	<u>1.146.533</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		11.792	-	Empréstimos e financiamentos	15.1	12.827.607	11.858.110
Tributos compensáveis		125	6	Debêntures	15.2	5.205.414	4.902.313
Depósitos em garantia	7	34.076	191.662	Impostos e contribuições	16	78.591	23.778
Despesas pagas antecipadamente	9	73.120	94.517	Adiantamentos de clientes	17	193.053	339.470
Dispêndios reembolsáveis	10	1.483.066	1.260.332	Encargos regulamentares e setoriais		12.135	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2.308.282	505.342	Cauções em garantia	18	769.897	560.076
Outros ativos	8	2.797	1.639	Concessões a pagar	19	278.661	257.352
Imobilizado	12	17.608.074	18.401.398	Obrigações vinculadas à concessão		5.899	6.495
Intangível	13	1.145.167	267.905	Provisões socioambientais	20	292.384	275.559
		<u>22.666.499</u>	<u>20.722.801</u>	Provisão para contingências	21	44.050	44.440
				Outras provisões	22	492.017	417.731
				Outros passivos		2.043	734
				Total do passivo não circulante		<u>20.201.751</u>	<u>18.686.058</u>
						<u>21.752.459</u>	<u>19.832.591</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23		
				Capital social		9.664.356	9.664.356
				Prejuízos acumulados		<u>(7.822.616)</u>	<u>(7.829.129)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>1.841.740</u>	<u>1.835.227</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>23.594.199</u>	<u>21.667.818</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>23.594.199</u>	<u>21.667.818</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas ExplicativasSANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	3.757.969	3.200.238
Receita líquida de venda de energia		3.757.969	3.200.238
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	26.1	(2.264.076)	(2.691.029)
Custo com venda de energia elétrica		(1.146.484)	(1.576.314)
Custo de operação		(1.117.592)	(1.114.715)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.493.893	509.209
Despesas gerais e administrativas	26.2	(80.557)	(82.798)
Outras receitas		87	524
RESULTADO OPERACIONAL		1.413.423	426.935
Receitas financeiras	27	265.021	258.769
Despesas financeiras	27	(3.474.871)	(2.111.604)
DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		(3.209.850)	(1.852.835)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.796.427)	(1.425.900)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.802.940	(25)
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		6.513	(1.425.925)
Lucro/prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)	24	0,65	(142,59)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.513	(1.425.925)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>6.513</u>	<u>(1.425.925)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA CONTROLADORA	<u><u>6.513</u></u>	<u><u>(1.425.925)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas ExplicativasSANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social subscrito	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		9.664.356	(6.403.204)	3.261.152
Prejuízo do exercício		-	(1.425.925)	(1.425.925)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	23	<u>9.664.356</u>	<u>(7.829.129)</u>	<u>1.835.227</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		9.664.356	(7.829.129)	1.835.227
Lucro do exercício		-	6.513	6.513
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	23	<u>9.664.356</u>	<u>(7.822.616)</u>	<u>1.841.740</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas ExplicativasSANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício antes do IR e da CS		(1.796.427)	(1.425.900)
Ajustes:			
Juros e variações monetárias, líquidas	27	3.158.333	1.832.002
Depreciações e amortizações	12 e 13	842.409	843.160
Baixa de imobilizado	12	947	36.142
Direito de Concessão – GSF	13	(890.351)	-
Baixa Intangível	13	-	36
Provisão contingências	21.1	(1.211)	(566)
Provisão Liminar - TUST	22	168.032	-
Amortização dos custos de captação de dívidas		3.216	3.215
		<u>1.484.948</u>	<u>1.288.089</u>
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(59.880)	25.588
Outros ativos		(2.440)	(14.724)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(3.145)	2.967
Despesas pagas antecipadamente	9	17.776	36.741
Tributos compensáveis		142	30.930
Fornecedores - Outros	14	7.675	(12.995)
Adiantamentos a Fornecedores - Compra de Energia		38.700	(42.659)
Energia elétrica comprada para revenda	14	(18.156)	(456.048)
Encargo de uso da rede	14	(37.216)	3.095
Obrigações estimadas com pessoal		366	651
Obrigações vinculadas à concessão - P&D		3.620	3.231
Impostos e contribuições sociais		64.027	(41.416)
Adiantamento de clientes	17	(138.047)	201.010
Encargos regulamentares e setoriais		6.361	(4.255)
Outros passivos		4.389	(11.805)
Realizações socioambientais	20	(20.606)	(62.168)
		<u>1.348.515</u>	<u>946.231</u>
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	15.1	(1.061.058)	(284.106)
Pagamento de juros e encargos sobre debêntures	15.2	(126.877)	(165.909)
Pagamento de uso do bem público	19.1	(24.855)	(23.693)
Pagamento de contingências	21.1	(110)	(1.992)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>135.615</u>	<u>470.531</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Depósitos em garantia	7	109.182	(103.285)
Adições ao imobilizado	12	(20.533)	(29.565)
Adições ao intangível	13	(2.043)	(1.370)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>86.606</u>	<u>(134.220)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de financiamentos - Principal	15.1	(51.342)	(13.304)
Pagamento de debêntures - Principal	15.2	(253.776)	(137.800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(305.118)</u>	<u>(151.104)</u>
REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		<u>(82.897)</u>	<u>185.207</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	262.524	77.317
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	179.627	262.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas ExplicativasSANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2021	2020
RECEITAS		<u>4.194.808</u>	<u>3.573.008</u>
Receitas operacionais	25	4.194.713	3.572.430
Outras receitas		95	578
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		<u>(1.489.199)</u>	<u>(1.897.537)</u>
Serviços de terceiros		(1.203.896)	(1.209.252)
Materiais e custo de energia		(270.784)	(659.569)
Outros		(14.519)	(28.716)
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>2.705.609</u>	<u>1.675.471</u>
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO	26	<u>(841.626)</u>	<u>(841.292)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		<u>1.863.983</u>	<u>834.179</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras, líquidas	27	265.021	258.769
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>2.129.004</u>	<u>1.092.948</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		<u>2.129.004</u>	<u>1.092.948</u>
SALÁRIOS E ENCARGOS		<u>93.003</u>	<u>85.124</u>
Remuneração direta		67.578	61.621
Benefícios		20.389	19.335
FGTS		5.036	4.168
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		<u>(1.443.514)</u>	<u>331.916</u>
Federais		(1.560.273)	221.122
Estaduais		116.051	110.247
Municipais		708	547
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		<u>3.473.002</u>	<u>2.101.833</u>
Juros		3.471.799	2.100.643
Aluguéis		1.203	1.190
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO		<u>6.513</u>	<u>(1.425.925)</u>
Lucro/prejuízo do exercício		6.513	(1.425.925)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A Companhia

A Santo Antônio Energia S.A. (“Companhia” ou “SAE”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, “Categoria B”, nos termos da instrução 480, constituída em 17 de janeiro de 2008, com sede no município de São Paulo, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

Em 29 de setembro de 2008, a Companhia recebeu de sua Controlada, Madeira Energia S.A., por meio de transferência anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a concessão de geração de energia, tornando-se responsável pela construção e operação da Usina, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 39 anos e 3 meses (prazo original: 35 anos, prazo adicional Lei 14.052/2020: 04 anos e 3 meses), contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

1.2. Capacidade de geração

A Usina Hidrelétrica (“UHE”) Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo “bulbo” que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água.

A sua Licença de Operação vigente (Nº 1044/2011-1ª Renovação-2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026.

Em 31 de dezembro de 2021, a UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.424,2 MW médios de garantia física.

1.3. Comercialização de energia elétrica

A UHE Santo Antônio iniciou a sua operação comercial em 2012 com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua geração plena deu-se em dezembro de 2016 quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial.

A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (44 Unidades Geradoras - 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs correspondendo a 1.552 MW médios, distribuídos entre 37 contrapartes (empresas distribuidoras de energia elétrica) com vencimento no ano de 2041.

Notas Explicativas S.A.

Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEALs correspondendo a 665 MW médios, com 08 grandes clientes com vencimento no ano de 2027.

A energia adicional, referente às 6 novas Unidades Geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira:

- A SAE participou do 19º leilão de energia A-3, no qual a Companhia vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEARs começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046.
- Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre - CCEALs com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029.

1.4. Programa de integridade da Companhia

No que se refere à Lei 12.846/13, desde 2017 a Companhia possui uma Área de “*Compliance*” e Controles Internos que implementou um Programa de Integridade compreendendo um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que tem como objetivo detectar, prevenir e responder irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, desta forma validando que a Companhia mantém seus registros financeiros corretos e fidedignos.

Dentre as atribuições da Área de “*Compliance*” e Controles Internos está a orientação e apoio às áreas internas em questões relacionadas ao seu Código de Ética e Conduta e Política Anticorrupção, bem como a promoção do adequado desenvolvimento das atividades de gerenciamento do Programa de Integridade dentro da Companhia. Desde 2018, a Companhia vem executando atividades de treinamento em eventos presenciais e por intermédio de uma plataforma de treinamento “online”, e a revisão e mapeamento de riscos de “*compliance*” que promove a melhoria contínua no Programa e nos controles em linha com as melhores práticas do mercado. A Companhia desenvolveu seu papel de enfrentamento aos desafios reputacionais levantados no passado, tendo implementado todas as recomendações dadas por seus consultores externos para aprimoramento de seus controles internos a partir de auditorias e investigações independentes. A Alta Administração está comprometida com o Programa de Integridade da Companhia e monitora as atividades permanentemente.

Em 2020, a Área de “*Compliance*” e Controles Internos passou a se chamar Área de Riscos e “*Compliance*”, agregando o monitoramento e acompanhamento dos riscos estratégicos da Companhia. Todas as atividades de GRC (“*Governance, Risk and Compliance*”) estão agregadas em uma única unidade, responsável por manter o Programa de Integridade da Companhia vivo e também aperfeiçoar as atividades de controles da Companhia de forma contínua baseando-se em riscos mapeados. O monitoramento dos riscos corporativos é feito de forma contínua pela Alta Administração, bem como a implementação de planos de ação com a finalidade de mitigar os riscos mapeados. Trata-se de um trabalho contínuo e integrado com as áreas responsáveis pelos riscos, conforme boas práticas do mercado em Governança, Risco e “*Compliance*”- GRC.

Ademais, com o objetivo de aprimorar suas práticas de governança, a Companhia também conta com uma área de Governança Corporativa ligada à Presidência, que promove o adequado acompanhamento da governança e reporte periódico à Alta Administração.

Em dezembro de 2021 a Companhia recebeu o Prêmio Pró-Ética da Corregedoria Geral da União – CGU, a mais importante honraria na área de Compliance no Brasil. Ele é resultado do engajamento da Companhia na construção de um ambiente de trabalho íntegro e transparente.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

1.5. Eventos relevantes do exercício

a) Impacto da pandemia (“vírus” ou “COVID-19”) nas demonstrações financeiras

Desde o ano de 2020, a Companhia, assim como todas as demais empresas e a população em geral, vem enfrentando a disseminação do novo *Coronavírus* (“vírus” ou “COVID-19”), que tem exigido várias medidas preventivas de gerenciamento.

A Companhia instalou um comitê permanente de crise, que imediatamente adotou as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde e pela sua área médica, para proteção dos seus integrantes sem deixar de garantir a geração plena de energia para o sistema elétrico brasileiro.

Os integrantes que atuam em atividades corporativas passaram a trabalhar em regime de “home office” desde 19 de março de 2020. As atividades operacionais da Usina foram mantidas de forma reduzida ao mínimo necessário para manter a normalidade da operação e manutenção, deixando todos os integrantes não indispensáveis a este nível de trabalho, em regime de afastamento remunerado.

Com a adoção das medidas preventivas para evitar o contágio, o quadro de profissionais atuando na usina foi consideravelmente reduzido, priorizando, assim, as manutenções preventivas cotidianas das unidades geradoras da UHE Santo Antônio. Por consequência não foram realizadas as intervenções programadas para as manutenções de longa duração e revisões periódicas, gerando, portanto, um impacto nas manutenções, que podem causar indisponibilidades por paradas programadas e forçadas das unidades geradoras no decorrer de 2021, com possíveis impactos no FID (Fator de Indisponibilidade) da Usina.

A fim de evitar impactos financeiros, a Companhia desenvolveu tratativas com o Poder Concedente para que as horas de indisponibilidades da UHE Santo Antônio fossem expurgadas por conta da pandemia *COVID-19*. Neste sentido, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 033/2021-SRG-SFG/ANEEL que recomendou encaminhar o processo para deliberação da Diretoria Colegiada da ANEEL com vistas a autorizar referido expurgo, de forma excepcional, e enquanto perdurarem as medidas restritivas relacionadas à pandemia da *COVID-19*. Uma vez aprovada, pela Diretoria da ANEEL, a Companhia encaminhará a questão para o ONS a fim de operacionalizar o expurgo das indisponibilidades que lhe foram imputadas.

Considerando os indicadores de redução da Pandemia, somado ao aumento da taxa imunização da população, a partir do terceiro trimestre de 2021, as atividades de manutenção e operação retornaram ao seu regime normal de escala de trabalho, com atuação presencial de 100% dos integrantes. Os integrantes das áreas administrativas estão retomando as atividades presenciais gradativamente, de acordo com as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades de saúde e pela área médica da Companhia.

No âmbito comercial, os clientes estão 100% adimplentes, tanto no ACL (contratos de compra e venda no mercado livre) como no ACR (contratos de compra e venda no mercado regulado). Muito contribuiu para a total adimplência as diversas medidas adotadas pelo Poder Executivo, MME - Ministério de Minas e Energia e ANEEL visando a mitigação dos efeitos da *COVID-19*.

Adicionalmente, como parte do processo de elaboração destas demonstrações financeiras, a Companhia preparou um relatório de avaliação com o objetivo de identificar os fatores operacionais e financeiros associados à Pandemia da *COVID-19* que pudessem causar efeito adverso na sua posição patrimonial e financeira.

Notas Explicativas S.A.

Os procedimentos realizados serviram de base para a conclusão da Administração de não existirem indicativos de impactos significativos no plano de negócios (PN) da Companhia que poderiam afetar as estimativas de realização dos ativos e dos resultados futuros.

b) Parna Matinguari

Em 03 de fevereiro de 2021, a Companhia, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, comunicou, a seus acionistas e ao mercado em geral, que na mesma data requereu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) o ajuste temporário da Licença de Operação Nº 1044/2011 - 1ª Renovação, 2ª Retificação, emitida 04/12/2019, em face da existência de parâmetros estabelecidos para a operação da Usina vis-à-vis às condições naturais do rio Madeira, especialmente o carregamento de grande quantidade de sedimentos, com o conseqüente assoreamento do seu leito.

O requerimento de ajuste temporário decorre da dificuldade de atendimento dos limites estabelecidos na referida Licença pelo agravamento do fenômeno do assoreamento mencionado, enquanto não aprovado o Projeto de Lei nº11.133/2018 que tramita no Congresso Nacional desde 05 de dezembro de 2018. Referido Projeto de Lei estabelece a desafetação de uma área - definida pelas autoridades ambientais - equivalente a 0,03% do Parque Nacional Matinguari, no estado de Rondônia.

O atendimento dos parâmetros atualmente estabelecidos para operação da Usina, sem a desafetação a ser promovida pelo projeto de lei, implica a necessidade de deplecionamento do reservatório a um nível que colocaria em risco a integridade das instalações do “Log Boom” e paralisaria a operação do Sistema de Transposição de Peixes, cuja operação contínua é uma das condicionantes do licenciamento a ser permanentemente atendida.

A Companhia espera um pronto endereçamento da questão pelos órgãos ambientais, especialmente o IBAMA, considerando a elevação das vazões do rio Madeira que ocorre sazonalmente no mês de fevereiro, de modo a manter a operação normal da Usina, evitando o deplecionamento do reservatório, com as conseqüências citadas.

A Companhia vem monitorando a evolução das vazões do rio Madeira e mantendo o IBAMA e demais autoridades informadas em razão da urgência da questão.

Em face desse monitoramento e à vista do aumento verificado na vazão do rio madeira, em 12 de fevereiro de 2021 a Controlada ajuizou ação na Justiça Federal requerendo tutela de urgência (liminar), que lhe foi deferida em 13 de fevereiro, para que seja autorizada continuar operando a Usina sem colocar em risco a integridade das instalações e atendendo à confiabilidade do suprimento energético do Acre-Rondônia durante a Pandemia, podendo eventualmente ultrapassar a cota estabelecida para o Parna Matinguari, até que o IBAMA aprecie o requerimento a ele apresentado pela Controlada.

Em 05 de abril de 2021, o IBAMA e ICMBio apresentaram Agravo de Instrumento. Em vista das tratativas desenvolvidas na esfera administrativa, em 20 de julho de 2021, a Controlada, o ICMBio e o IBAMA concordaram com a suspensão do processo por 06 meses, contados a partir da decisão. As partes continuam em tratativas de um acordo.

A liminar deferida em 13.02.2021 permanece vigente até que sobrevenha nova decisão judicial específica sobre sua validade.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Até a data destas demonstrações financeiras não foram identificados impactos a serem reconhecidos. A Companhia continuará mantendo os seus acionistas e o mercado devidamente informados sobre o andamento e as repercussões do tema.

c) Repactuação GSF - Lei 14.052/2020

Em 08 de setembro de 2020, com o objetivo de atenuar parte dos efeitos do GSF incidente sobre a parcela de energia comercializada no ACL, foi sancionada a Lei 14.052/2020 que estabeleceu o ressarcimento às usinas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e Energia Vertida Turbinável - EVT decorrente de restrições de transmissão.

Em 03 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 895/2020 estabelecendo a metodologia de cálculo para compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE e estabeleceu que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE apresentasse, no prazo de noventa dias, os resultados dos cálculos de extensão de outorga de cada usina.

Em 14 de dezembro de 2020, a Companhia, bem como outros agentes, apresentou pedidos de reconsideração em face da referida Resolução. Um dos itens dos pedidos foi acatado na reunião de Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de março de 2021, ficando pendente de deliberação outros itens dos pedidos de reconsideração.

Em 13 de julho de 2021, foi Sancionada a Lei 14.182/2021 que dispõe sobre a desestatização da Eletrobrás, mantendo as emendas aprovadas pelo Congresso que altera a redação da Lei nº 13.203/2015, para:

- I. Reconhecer a integralidade da garantia física da usina como parcela de energia não repactuada.
- II. Compensar as usinas estruturantes dos efeitos causados pela antecipação de garantia física.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.932/2021 publicada em 14 de setembro de 2021, a Diretoria da ANEEL homologou os cálculos da CCEE de extensão de concessão de todas as usinas abrangidas pela Lei 14.182/2021, inclusive da UHE Santo Antônio:

- Impacto Financeiro (base dez/2020) - R\$ 831.025
- Extensão da Concessão em dias - 1.554,3
- Extensão da Concessão em anos - 04 anos e 03 meses

Após a publicação da REH nº 2.932/2021, os outorgados interessados deveriam, em até 60 dias, realizar a manifestação de adesão, desistindo das ações judiciais do GSF e renunciando ao direito de ações judiciais sobre o tema.

Notas Explicativas S.A.

Conforme Art. 2º-B da Lei 14.052/2020, a compensação prevista na referida Lei será concedida ao agente titular da outorga vigente de geração, desde que este, cumulativamente:

- I. tenha desistido da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renunciado a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação;
- II. não tenha repactuado o risco hidrológico para a respectiva parcela de energia.

Ainda, o § 1º do art. 2º B prevê que na hipótese em que o agente não seja litigante ou que não seja apontado como beneficiário na inicial da ação ajuizada por associação representativa de classe da qual o titular faça parte, a compensação prevista na Lei fica condicionada à assinatura de termo de compromisso elaborado pela Aneel, com declaração de renúncia a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

Em 29 de setembro de 2021, o Conselho de Administração autorizou a assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE nos termos da Lei 13.203/2015, alterada pelas Leis 14.052/2020 e 14.182/2021, regulamentada pelas Resoluções Normativas ANEEL 895 de 2020 e 945 de 2021.

A Companhia não possui ações judiciais para desistência, pois o fez em maio/2016 (com efeitos retroativos a 2015), na ocasião da adesão à Repactuação do Risco Hidrológico da parcela de energia do ACR.

A Companhia, fez o reconhecimento contábil do ativo intangível considerando o valor calculado pela CCEE com base nos parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel na data base de setembro de 2021, totalizando R\$ 890.351 (notas explicativas nº 13 e nº 26.1).

Em 27 de outubro de 2021, a Companhia formalizou à ANEEL a entrega do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Aguarda-se a instrução do processo pela Agência e posterior assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

1.6. Estrutura de Capital e Capital Circulante Líquido

A Companhia vem acumulando prejuízos recorrentes em seu patrimônio líquido-R\$ 7.822.616 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 7.829.129 em 31 de dezembro de 2020) decorrentes principalmente das despesas financeiras dos financiamentos (nota explicativa nº 30) e dos custos do serviço de energia elétrica (nota explicativa nº 29.1), bem como apresenta capital circulante líquido (CCL) negativo de R\$ R\$623.008 (R\$201.516 negativo em 31 de dezembro de 2020) decorrentes, principalmente, das contas “Empréstimos e financiamentos” (nota explicativa nº 15.1) “Debêntures” (nota explicativa nº 15.2) e “Provisões Socioambientais” (nota explicativa nº 20).

As hidrelétricas constituídas sob o formato de “*Project Finance*”, estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

A Companhia conta com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo (nota explicativa nº 1.3), cujos registros dos recebíveis no Circulante, em atendimento às normas contábeis, só contemplam os valores efetivamente faturados relativos a um mês de suprimento de energia, diferentemente dos desembolsos com os financiamentos que contemplam os valores a pagar relativos aos próximos 12 meses.

A Administração elaborou um plano de recuperação de caixa com ações de curto e longo prazo, que considera: (i) a liberação dos recursos da conta reserva estática e a desobrigação das composições futuras (nota explicativa nº 7 (v)); (ii) a postergação de 07 parcelas dos pagamentos (Standstill) dos empréstimos, entre dezembro/21 e junho/22 (nota explicativa nº 15); (iii) a Implantação de um programa permanente de reduções de custos-Preserve Sempre (iv) a realização de estudos que poderão modificar a estrutura de capital. Estas ações baseiam-se no plano de negócios da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de dezembro de 2021, que abarcam um conjunto de premissas alinhadas com o plano estratégico da Companhia.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais. Tais ações têm se mostrado eficientes para a continuidade e sustentabilidade dos negócios, com a conclusão, pela Administração, de que a Companhia possui condições de dar continuidade às suas operações e cumprir com as suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*“International Financial Reporting Standards (IFRS)”*), emitidas pelo *“International Accounting Standards Board (IASB)”*.

Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as *IFRSs*.

Notas Explicativas S.A.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no atual exercício social, estão relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (nota explicativa nº 11), vida útil econômica de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12), Recuperabilidade dos Ativos (notas explicativas nº 12 e nº 13), Provisões socioambientais (nota explicativa nº 20), Provisões para contingências (nota explicativa nº 21) e Outras provisões (nota explicativa nº 22).

2.6. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia para emissão em 02 de fevereiro de 2022 e submetidas para apreciação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração em atendimento aos ritos de governança da Companhia.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2) / IFRS 16, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático que concede a opção por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia *Covid-19* é uma modificação de contrato, somente para as situações em que todas as seguintes condições são satisfeitas:

- (a) a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2022 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendam após 30 de junho de 2022); e
- (c) não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

3.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As normas, interpretações e alterações novas, não vigentes até a data da emissão das demonstrações financeiras são analisadas para planejamento de sua adoção inicial, se aplicáveis. As principais alterações nas normas emitidas pelo IASB estão descritas a seguir:

IFRS 17 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017: a norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia. Esta norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há correspondente no Brasil.

IAS 1/CPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes: em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma revisão dos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, para especificar os critérios de classificação de passivos como circulantes e não circulantes. A revisão esclarece, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

Notas Explicativas S.A.

IFRS 3/CPC 15 – Alterações nas referências à Estrutura Conceitual: além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do *IFRS 3/CPC 15*, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do *IAS 37/CPC 25* ou *IFRIC 21/ICPC 19*, se incorridos separadamente. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos advindos dessa revisão.

IAS 16 - Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Em maio de 2020, O *IASB* emitiu alterações na *IAS 16* que proíbem as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

IFRS 09/CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

IAS 08/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis: As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Também esclarece como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

IAS 01/CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements – Divulgação de políticas contábeis: A alteração tem como objetivo auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. Uma vez que as alterações proporcionam orientações não obrigatórias na aplicação da definição de informações sobre as políticas contábeis, não é necessário indicar uma data para início de sua aplicação. A Companhia avalia os impactos dessas alterações na divulgação das políticas contábeis.

Principais políticas contábeis aplicadas

3.3. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica. O prazo médio de recebimento é de 22 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de “*impairment*”, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de “*impairment*” em 31 de dezembro 2021.

As PECLD são constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira destes.

3.5. Demonstração dos fluxos de caixa

Foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas S.A.

3.6. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os Prejuízos Fiscais e a Base Negativa de Contribuição Social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Esse plano é elaborado pela Diretoria, que utiliza como principais variáveis, os contratos de venda de energia firmados com seus clientes, custos e despesas operacionais pautados em critérios definidos pelos órgãos reguladores, atualização das dívidas com base em índices preestabelecidos (destacando-se o IPCA).

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

3.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de empréstimos tomados especificamente para o financiamento de projetos, líquidos das receitas financeiras auferidas com esses recursos. Inclui também: (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) outros gastos realizados para concluir a obra como um todo.

A Companhia adota como depreciação o método linear e seu cálculo se iniciou quando a primeira unidade geradora entrou em operação comercial. A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos imobilizados do setor elétrico brasileiro, com revisões periódicas nas estimativas. A depreciação dos itens que fazem parte do projeto da UHE Santo Antônio está limitada ao período concessivo, pois não há previsão de indenização do valor residual desses itens ao término da concessão. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo imobilizado, dos dois, o menor período.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

3.8. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- (ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

b) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *"impairment"* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *"impairment"* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de *"impairment"*, a Companhia calcula a soma dos fluxos de caixas operacionais estimados futuros descontados pela taxa de desconto média do custo de capital de terceiros e própria, e a partir deste valor compara com o valor contábil do ativo.

c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

Ao fim de cada exercício, ou se houver indicadores de *"impairment"*, a Companhia verifica se há indicação de que seus ativos de longo prazo tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável (*"impairment"*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, e o valor contábil dos bens tangíveis ou intangíveis é reduzido para refletir o valor recuperável estimado. Portanto, o montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se houver a contabilização de perda por redução ao valor recuperável, ela é reconhecida imediatamente no resultado.

O teste de *"impairment"* realizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e as premissas adotadas pela Companhia para a projeção do fluxo de caixa operacional, taxa de desconto e os valores contábeis líquidos dos ativos imobilizado e intangível foram apuradas com base em fatos disponíveis na data-base de realização do teste.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foram identificados pela Administração indicadores que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos de longo prazo.

Notas Explicativas S.A.

A projeção do fluxo de caixa operacional contemplou as seguintes premissas: (a) todo o período remanescente da concessão, considerando a extensão da concessão em 04 anos em 03 meses (nota explicativa nº 1.5 c); (b) balanço de energia, efeitos do GSF; (c) montantes e preços de energia contratados no ACR e no ACL; (d) custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros, encargos setoriais, compra de energia, com hedge estrutural nos períodos de 2024 a 2039, encargos de transmissão, tributos e outras despesas e projeção de provisões a realizar após a data-base do teste. A taxa de desconto utilizada para calcular o valor presente do fluxo de caixa operacional foi o custo médio ponderado de capital próprio e de terceiros da Companhia na data-base de realização do teste. O cálculo do WACC toma por base o custo do capital de terceiros (inclusive o impacto do benefício fiscal da dedutibilidade dessa despesa financeira) e o custo do capital próprio, este último calculado com base na metodologia “Capital Asset Pricing Model (CAPM)”.

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, pautando-se nas tendências futuras do setor elétrico, tanto a partir de fontes externas de informação como a partir de dados históricos, e também com base no resultado operacional e nas projeções da Companhia até o término da concessão com base no crescimento orgânico compatível com os dados históricos e com as perspectivas de crescimento da economia brasileira.

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável de seus ativos.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.10. Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características no fluxo de caixa, determinando a suas classificações no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

O CPC 48 (*IFRS 9*) simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais:

- (i) Custo amortizado.
- (ii) Valor justo por meio do resultado.
- (iii) Valor por meio do Outros Resultados Abrangentes (ORA), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais.

No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo financeiro	Classificação
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber	Custo amortizado
Depósitos em garantia	Valor justo por meio do resultado
Dispêndios reembolsáveis	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Adiantamento de clientes	Custo amortizado
Cauções em garantia	Custo amortizado

3.11. Provisões Socioambientais

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, concedeu licenças ambientais para a Companhia, as quais impõem condicionantes para a construção e operação do empreendimento. Os gastos relacionados as Condicionantes, foram estimados com base nos custos históricos e pesquisa de mercado, tal estimativa foi submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, quando da aprovação do Plano de Negócios.

A Companhia registra a provisão socioambiental de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 em consonância com os CPC 27, CPC 04 e a Orientação OCPC 05, que prevê que os valores referentes às condicionantes socioambientais incorporem o custo dos imobilizados (LI-Licença de Instalação) e intangível (Licença de Operação).

Cabe ressaltar que referida Orientação possibilita o ajuste futuro da provisão em contrapartida ao imobilizado e ou intangível, pois há complexidade em estimar gastos futuros com total certeza.

A Companhia, sempre que necessário, reavalia os compromissos assumidos com os diversos órgãos e fornecedores afim de sempre apresentar a melhor estimativa dos gastos com as Condicionantes Socioambientais.

3.12. Patrimônio Líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Notas Explicativas S.A.

3.13. Reconhecimento de receita

Venda de energia elétrica

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas da venda de energia aos consumidores, enquanto suprimento de energia elétrica representa as vendas destinadas aos revendedores de energia.

3.14. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

4. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

4.1. Gestão de riscos

A Companhia, em conformidade com o seu Código de Governança Corporativa e com o seu Plano de Negócios, dispõe da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como diretriz, assegurar a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros, com a finalidade de garantir o valor, a liquidez e a rentabilidade de seus ativos.

Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia são:

(i) Risco de taxa de juros e inflação

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais e inflação. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui R\$18.180.627 em empréstimos, financiamentos e debêntures contratados dos quais, R\$12.429.180 relacionados a financiamento obtido junto ao BNDES e Bancos repassadores (nota explicativa nº 15.1) e R\$5.751.447 em debêntures (nota explicativa nº 15.2), desconsiderando o custo de transação financeira de R\$15.939, ambos atrelados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

O financiamento obtido junto ao Banco da Amazônia S.A. - FNO não está contemplado no parágrafo acima pois possui juros pré-fixados de 10% a.a. com bônus de adimplência de 15% e taxa efetiva de 8,5% a.a. (nota explicativa nº 15.1 (b)).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Adicionalmente, a Companhia assumiu, na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, a obrigação de recolher à União cujo montante total fixado na contratação em R\$379.267, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual de R\$11.852, reajustado anualmente pelo IPCA (nota explicativa nº 19).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

Visando gerenciar esse risco, a Companhia mantém relacionamento com instituições financeiras de primeira linha e que possuem “*ratings*” fornecidos por agências internacionais como “*Fitch Rating, Standard & Poor’s*” e “*Moody’s Investor*” e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Parte dos contratos de venda de energia da Companhia está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito por meio de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante seguro garantia e fianças bancárias.

(iii) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A Companhia conta com geração operacional de caixa por meio dos contratos firmes de vendas de energia de longo prazo (nota explicativa nº 1.3).

(iv) Risco hidrológico

A energia elétrica produzida por uma usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade pela forte dependência do regime hidrológico. A conjuntura do sistema e os baixos níveis de armazenamento dos reservatórios, em decorrência das chuvas abaixo da média histórica e consequentemente baixas vazões, tem provocado uma diminuição significativa da energia hidráulica gerada pelo SIN (Sistema Interligado Nacional), com consequente aumento da exposição do gerador ao participar de um rateio no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), valorado a PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), o que gera um dispêndio com o *GSF* (“*Generation Scaling Factor*”) para os geradores hidrelétricos.

Desta forma, para reduzir a exposição a esse risco, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL, na forma da lei nº 13.203/2015, conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para seus contratos de venda de energia no ACR - Ambiente de Comercialização Regulado, na classe de produto SP93 para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 6 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio.

Notas Explicativas S.A.

Adicionalmente à repactuação do risco hidrológico no ambiente dos Contratos Regulados (ACR), a Companhia em linha com a obrigação constante nos instrumentos de financiamento reperfilados em 2018, realiza compras de energia e/ou descontrações para proteção da exposição ao risco hidrológico no ambiente de comercialização livre.

No último período úmido (dezembro/2020 a abril/2021) foi registrado a pior recessão hídrica de 91 anos, acarretando níveis muito baixos de armazenamento nos reservatórios de algumas regiões do Sistema Interligado Nacional (SIN). Essa situação, resultante da ocorrência de aflúências recessivas e escassez de chuvas, é causada principalmente pelo fenômeno climático *La Niña*, que reduz significativamente a precipitação nas principais bacias hidrográficas do Brasil. Em decorrência deste quadro, o cenário de PLD e GSF foi agravado trazendo ônus adicionais aos geradores hidrelétricos.

No entanto, com a melhora nas aflúências das regiões Sudeste e Centro Oeste no último trimestre, bem como a redução da projeção da carga devido à atividade econômica mais fraca, verificou-se uma redução significativa dos preços de energia nesse período.

A Companhia vem monitorando a evolução das condições do SIN e tomando iniciativas na busca de mitigar os riscos por meio de complementos à constituição de “*hedge*” do portfólio de energia e ações junto ao Poder Concedente e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para sugerir medidas para desoneração dos impactos financeiros que poderão advir da atual crise hídrica.

(v) Análise de sensibilidade

Os pronunciamentos contábeis (CPC) nº 39, nº 40 e nº 48 dispõem sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

Para o cenário provável a Companhia considerou, para os próximos 12 meses, a findar-se em 31 de dezembro de 2022, os seguintes índices projetados acumulados: (i) IPCA 5,14%; (ii) CDI 11,52%; e (iii) IGP-M 5,51%. Fontes: Relatório BACEN e BM&F (curva futura DI) na data-base de 31 de dezembro de 2021.

Com relação ao risco de elevação da inflação e CDI, a Companhia fez uma análise de sensibilidade nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Valor Contábil	Índices estimados	Em 31 de dezembro de 2022		
			Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
				Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (nota explicativa 5)	179.627	11,52%	200.320	195.147	189.974
Depósitos em garantia - CDI - (nota explicativa 7)	180.625	11,52%	201.433	196.231	191.029
Dispêndios reembolsáveis IGP-M - (nota explicativa 10)	1.483.066	5,51%	1.564.783	1.544.354	1.523.924
Total Ativo	1.843.318		1.966.536	1.935.732	1.904.927

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

	ValorContábil Em 31 de dezembro de 2021	Índices estimados	Em 31 de dezembro de 2022		
			Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
				Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%
Passivos					
Debêntures - IPCA - (nota explicativa 15.2)	(5.751.447)	5,14%	(6.047.071)	(6.120.977)	(6.194.884)
Empréstimos - IPCA - (nota explicativa 15.1)	(12.429.180)	5,14%	(13.068.040)	(13.227.755)	(13.387.470)
Concessões a pagar - IPCA - (nota explicativa 19)	(304.895)	5,14%	(320.567)	(324.485)	(328.402)
Provisões socioambientais - IPCA (nota explicativa 20)	(504.258)	5,14%	(530.177)	(536.657)	(543.136)
Outras provisões - IGPM - (nota explicativa 22)	(660.049)	5,51%	(696.418)	(705.510)	(714.602)
Cauções em garantia - IGPM (nota explicativa 18)	(769.897)	5,51%	(812.318)	(822.924)	(833.529)
Total Passivo	(20.419.726)		(21.474.591)	(21.738.308)	(22.002.023)

A análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. Esse financiamento possui taxa de juros fixa (nota explicativa nº 15.1(b)).

(i) Não considera o custo de transação que não será impactado pelos índices;

4.2. Gestão de capital

Ao administrar o seu capital, a Companhia tem como objetivo salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Indicador de Endividamento:

Descritivo	Nota	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Debêntures	15.2	5.746.772	5.208.846
Empréstimos	15.1	12.943.727	11.965.689
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	5	(179.627)	(262.524)
Depósitos em garantia	7	(180.625)	(289.807)
Dívida líquida (A)		18.330.247	16.622.204
Total do patrimônio líquido		1.841.740	1.835.227
Total do capital (B)		20.171.987	18.457.431
Indicador de Endividamento (C = A/B x 100)		90,87%	90,06%

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Bancos conta movimento	333	1.822
Aplicações financeiras:		
Certificado de depósito bancário (CDB)	138.944	238.227
Operação Compromissada	40.350	22.475
	<u>179.627</u>	<u>262.524</u>

As aplicações financeiras no ano de 2021 tiveram um rendimento médio de 97,09% da variação do CDI, são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, pois todos os recursos estão aplicados com liquidez diária.

Aplicações financeiras por agente financeiro:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Indexador	Rating	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Banco ABC do Brasil S.A.	CDB	CDI	AAA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AAA(S&P)	11.801	10.045
Banco da Amazônia S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)	3.155	3.026
Banco BTG Pactual S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AAA(S&P)	30.312	41.546
Haitong Banco de Inv. Do Brasil S.A.	CDB	CDI	AAA(S&P)	12.165	41.215
Haitong Banco de Inv. Do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	AAA(S&P)	17.270	-
Banco Daycoval S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AA+(S&P)	36.406	43.863
Banco Daycoval S.A.	Compromissada	CDI	AA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AA+(S&P)	3.513	-
Banco do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	BB-(Fitch)/Ba2(Moody's)/BB-(S&P)	2.909	22.475
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa2(Moody's)/AAA(S&P)	3.294	3.155
Banco Votorantim S.A.	CDB	CDI	Aa3(Moody's)/AAA(S&P)	-	40.739
Banco Votorantim S.A.	Compromissada	CDI	Aa3(Moody's)/AAA(S&P)	6.483	-
Banco Safra S.A.	CDB	CDI	Aa1(Moody's)/AAA(S&P)	27.521	44.754
Caixa Econômica Federal S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/Aa1(Moody's)/AAA(S&P)	14.290	9.884
Caixa Econômica Federal S.A.	Compromissada	CDI	AA(Fitch)/Aa1(Moody's)/AAA(S&P)	10.175	-
Outros				333	1.822
				<u>179.627</u>	<u>262.524</u>

6. CONTAS A RECEBER

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Consumidores - Fornecimento industrial	13.474	11.999
Concessionárias - Suprimento convencional	403.745	345.340
	<u>417.219</u>	<u>357.339</u>

Contas a receber "Consumidores - Fornecimento industrial": referem-se a créditos existentes com consumidores de energia.

Contas a receber "Concessionárias - Suprimento convencional": referem-se a créditos existentes com revendedores de energia.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

7. DEPÓSITOS EM GARANTIA

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante:		
Reserva do serviço de debêntures - 3ª emissão (i)	125.711	51.308
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (ii)	19.297	45.296
Outras cauções (iii)	1.541	1.541
	<u>146.549</u>	<u>98.145</u>
Não circulante:		
Reserva do serviço da dívida 1 - BNDES direto/indireto/FNO (iv)	21.418	19.572
Reserva estática de debêntures - 3ª emissão (v)	-	159.848
Reserva de O&M (vi)	12.658	12.242
	<u>34.076</u>	<u>191.662</u>
	<u>180.625</u>	<u>289.807</u>

O saldo de depósitos em garantia está composto por montante para fazer face:

- (i) Ao pagamento de amortização e juros da 3ª emissão de debêntures, equivalente a 2/6 (dois sextos). O próximo pagamento de principal + juros ocorrerá em 15 de abril de 2022;
- (ii) Ao aporte em garantia para liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica);
- (iii) A carta de crédito emitida para pagamento de importação;
- (iv) Ao saldo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida do financiamento FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte). Devido ao reperfilamento da dívida e condições negociadas, a Companhia está desobrigada a compor a conta reserva do serviço da dívida do BNDES FINEM até dez/2022;
- (v) A Conta Reserva Estática da 3ª emissão de debêntures;

Foi aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") realizada em 12 de novembro de 2021 a liberação integral dos recursos que compõem o Saldo Integral Mínimo Estático Do Serviço das Debêntures 3 e a desobrigação de composições futuras.
- (vi) A Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção), que deverá permanecer composta durante toda vigência do Contrato de Cessão Fiduciária.

8. OUTROS ATIVOS

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante:		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	38.210	31.223
Adiantamentos a fornecedores	5.122	44.480
Adiantamentos a pessoal	406	473
Depósitos judiciais	2.418	8.073
Devedores diversos	143	1.488
	<u>46.299</u>	<u>85.737</u>

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Não circulante:		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.158	-
Devedores diversos	1.639	1.639
	<u>2.797</u>	<u>1.639</u>
	<u>49.096</u>	<u>87.376</u>

9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante:		
Seguros	10.148	6.527
Repactuação GSF (i)	28.283	28.283
	<u>38.431</u>	<u>34.810</u>
Não circulante:		
Seguros	7.126	239
Repactuação GSF (i)	65.994	94.278
	<u>73.120</u>	<u>94.517</u>
	<u>111.551</u>	<u>129.327</u>

- (i) Conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para reduzir a exposição ao risco do GSF ("Generation Scaling Factor"), a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL para seus contratos de venda de energia no ACR - Ambiente de Comercialização Regulado, na forma da Lei nº 13.203/2015, na classe de produto SP93, com prêmio de risco associado de R\$3,25 por MWh para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 6 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio (nota explicativa nº 04 (4.1 iv)).

Parte do GSF repactuado recuperado no exercício de 2015 foi reconhecido, após seu pagamento, como prêmio de seguro no Ativo e estão sendo amortizados pelo período de 10 anos e 4 meses, com início a partir de janeiro de 2015 e encerramento em abril de 2025.

9.1. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política corporativa e conta com o apoio de seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, a preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros e cumprimento de determinações contratuais.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, as apólices de seguros da Companhia são consideradas suficientes para fazerem face a eventuais sinistros e garantir a operação da UHE Santo Antônio.

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade Civil - Operações - Concessionárias de Energia	Danos a terceiros devido operações da UHE
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores (D&O)	RC atribuída aos Diretores e Administradores
Riscos Operacionais	Danos Materiais: máquinas, móveis e utensílios que constituem parte integrante do estabelecimento segurado, conforme especificado na apólice

10. DISPÊNDIOS REEMBOLSÁVEIS

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Não circulante:		
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	101.706	86.350
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	2.059.911	1.852.533
(-) Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (ii)	(678.551)	(678.551)
	<u>1.483.066</u>	<u>1.260.332</u>

Trata-se de desembolsos que não representam gastos da Companhia e que serão objeto de reembolso pelo Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"). Os gastos realizados pela Companhia, que possuem previsão contratual de reembolso, são inicialmente registrados no resultado ou no ativo imobilizado da SAE, conforme sua natureza, e, separadamente, a crédito de redução desse gasto, a Companhia apropria as parcelas reembolsáveis em contrapartida a "Dispêndios reembolsáveis". Os reembolsos são registrados pelo valor do custo reembolsável incorrido e atualizados conforme previsão de cada contrato.

- (i) Conforme o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 1º de dezembro de 2008, que estabeleceu a primeira antecipação da entrada em operação comercial da Usina e de acordo com o Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio celebrado entre a Companhia e o CCSA, a Companhia deve repassar ao CCSA o custo pela compra de volume de energia, ao preço da tarifa de energia resultante do leilão da UHE Santo Antônio (R\$78,87/MWh), tendo em vista o não cumprimento do cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras previsto no cronograma do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O saldo é atualizado monetariamente pelo IGP-M.

Notas Explicativas S.A.

- (ii) Em novembro de 2010, durante a fase de construção da Usina, o CCSA apresentou à Companhia o novo cronograma de entrada em operação comercial, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação comercial das unidades geradoras da UHE Santo Antônio, de 1º de maio de 2012 para 15 de dezembro de 2011, estabelecendo “bônus” pelo resultado líquido que seria auferido em razão da antecipação, no valor máximo de R\$122,00 por MWh, conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. No entanto, o cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras não foi plenamente cumprido, gerando para a Companhia custos de recomposição de lastro referente à energia não gerada em razão do descumprimento da antecipação contratada. Tais custos suscitaram o direito de ressarcimento da Companhia junto ao CCSA cujo valor, referido a 31 de dezembro de 2021, atualizado monetariamente pelo IGP-M, monta a R\$2.059.911. O montante sujeito a atualização monetária é líquido do valor de PECLD.

Durante o exercício de 2014, o CCSA requereu que, no cálculo dos custos de recomposição de lastro da energia não gerada em razão do descumprimento da antecipação, fosse utilizado o limitador de R\$122,00 por MWh, referido à data-base do contrato assinado entre as partes. A Administração da Companhia efetuou análises do pleito, incluindo aspectos legais, e alterou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sobre o valor total do dispêndio reembolsável que naquela data era de R\$1.383.211, registrou um “*impairment*” no valor de R\$678.551, resultando num valor esperado de recebimento de R\$704.660 em 31 de dezembro de 2014.

A SAAG Investimentos S.A. e a CEMIG Geração e Transmissão S.A., acionistas da Controladora da Companhia, requereram, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado (“CAM”), instauração de procedimento arbitral em face da Madeira Energia S.A. - MESA - CAM 63/15, em razão da constituição do “*impairment*”, o qual foi julgado em 07 de junho de 2017, deferindo os pedidos dos requerentes e determinando a reversão do “*impairment*” citado acima. A sentença arbitral foi tempestivamente cumprida pela MESA e sua subsidiária integral, com a respectiva reversão do “*impairment*” no balancete contábil encerrado em julho de 2017, período abrangido pelas informações trimestrais de 30 de setembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a Companhia requereu, perante a “*International Chamber of Commerce - ICC*”, a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Neste contexto e tendo presente o que determina o pronunciamento técnico CPC 38 (Atual CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”), nas informações referentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017, foi registrada Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD, no valor de R\$678.551, tendo em vista a expectativa da Companhia com relação a recuperação destes ativos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia confirma sua expectativa com relação a recuperação destes ativos, mantendo a Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD no valor de R\$678.551.

A Companhia orienta que a leitura dessa nota explicativa seja feita em conjunto com as notas explicativas nº 18 e nº 22.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS**11.1. Composição**

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) registrados no período são apurados em bases correntes e diferidas. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos na demonstração do resultado. Os cálculos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos são feitos utilizando-se, respectivamente, as alíquotas de 25% e de 9%

O total do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo no início do exercício	505.342	505.367
Movimentação		
Prejuízos Fiscais (IRPJ) Base Negativa (CSLL) (i)	5.301.977	-
Amortização – Custos de transação de emissão de debêntures	2.614	2.614
Amortização do Uso do bem público	(1.499)	(1.499)
Amortização de Terrenos	(74)	(74)
Amortização de Servidões	(2)	(2)
Amortização de Despesas Pré-Operacionais	(250)	(1.111)
Base de cálculo	5.302.766	(72)
IRPJ - 25%	1.325.691	(18)
CSLL - 9%	477.249	(7)
Encargos fiscais	1.802.940	(25)
Saldo no final do exercício	2.308.282	505.342

- (i) A Companhia, em atendimento a sua política contábil de reconhecimento dos tributos diferidos constituídos sobre o Prejuízo Fiscal e sobre a Base Negativa da Contribuição Social, realizou, em dezembro de 2021, a estimativa de realização destes tributos de acordo com as determinações dos itens 34 a 37 do CPC 32 / IAS 12. Esta estimativa considerou o fluxo do teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*), por se tratar de um fluxo originário do Plano de Negócios aprovado pela Conselho de Administração, não considerando quaisquer receitas ou reduções de custos que estejam vinculados a ações judiciais e/ou outros fatores que dependam de decisões de terceiros, se concentrando de maneira exclusiva em sua operação e resultados. Principais itens considerados: (i) o aumento da concessão até 2047 e; (ii) a realização de hedge de compra de energia de longo prazo para mitigação do risco hidrológico.

Por meio desta estimativa, a Administração obteve evidências suficientes e conclusivas sobre a ocorrência de lucros futuros, realizando o reconhecimento do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 2.067.378 (Base Prejuízo Fiscal 5.301.977). Este montante corresponde à compensação de prejuízos fiscais sobre lucros futuros até o ano de 2039, período este alcançado pelo hedge estruturado pela compra de energia futura.

Notas Explicativas**11.2. Realização do IRPJ e CSLL**

Expectativa de realização dos tributos diferidos:

	Em 31 de dezembro de 2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Ativo:						
Prejuízos Fiscais (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) (i)	2.067.378	-	-	-	-	(2.067.378)
Provisões Temporárias- PECLD (ii)	230.707	(230.707)	-	-	-	-
Amortização de Terrenos e Servidões (iii)	573	(26)	(26)	(26)	(26)	(469)
Direito de Outorga-UBP (iii)	11.213	(510)	(510)	(510)	(510)	(9.173)
	<u>2.309.871</u>	<u>(231.243)</u>	<u>(536)</u>	<u>(536)</u>	<u>(536)</u>	<u>(2.077.020)</u>
Passivo:						
Custos de transação - emissão de debêntures (iii)	(1.589)	889	700	-	-	-
	<u>2.308.282</u>	<u>(230.354)</u>	<u>164</u>	<u>(536)</u>	<u>(536)</u>	<u>(2.077.020)</u>

O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos conforme descrito abaixo:

- (i) Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social acumulados que somam o montante de R\$9.144.308, e equivalem a créditos fiscais R\$3.109.065, dos quais R\$2.067.378 estão contabilizados. O Prejuízo Fiscal e a Base Negativa de Contribuição Social não expiram no âmbito tributário brasileiro e serão bases para créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social no futuro.
- (ii) A diferença temporária está relacionada à PECLD - Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (nota explicativa nº 10), que corresponde a uma diferença entre a base fiscal e o valor contábil pelo qual esse evento está registrado.
- (iii) Despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

Incentivo Fiscal - Redução imposto de renda

Em 06 de dezembro de 2018 a Companhia obteve junto à SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) o Laudo Constitutivo nº 115/2018, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2018.

O pedido de reconhecimento do incentivo correspondente ao Laudo Constitutivo mencionado foi protocolizado na Receita Federal do Brasil (RFB) em 28 de dezembro de 2018. Em 29 de abril de 2019, expirou o prazo de 120 dias para que a Receita Federal do Brasil notificasse a Companhia de decisão contrária ao pedido efetuado. Dessa forma, após expirado o prazo da RFB, a Companhia, para fins legais, encontra-se em pleno gozo da redução para o período de fruição do incentivo.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

12. IMOBILIZADO

A Composição do imobilizado é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação %	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Terrenos	2,77%	422.068	(71.427)	350.641	366.115
Reservatórios, barragens e adutoras	3,24%	8.529.770	(2.103.246)	6.426.524	6.714.077
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3,32%	4.602.871	(1.122.750)	3.480.121	3.635.007
Máquinas e equipamentos	3,98%	9.696.019	(2.485.041)	7.210.978	7.558.595
Veículos	14,29%	6.548	(5.637)	911	1.431
Móveis e utensílios	7,78%	5.196	(2.346)	2.851	3.077
Total do imobilizado em serviço		<u>23.262.472</u>	<u>(5.790.447)</u>	<u>17.472.026</u>	<u>18.278.302</u>
<u>Imobilizado em curso</u>					
Terrenos		2.480	-	2.480	4.752
Reservatórios, barragens e adutoras		61.416	-	61.416	60.395
Edificações, obras civis e benfeitorias		48	-	48	-
Máquinas e equipamentos		23.760	-	23.760	13.289
Veículos		1.488	-	1.488	1.392
Móveis e utensílios		1.051	-	1.051	551
Material em depósito		23.048	-	23.048	19.333
Outros		22.757	-	22.757	23.384
Total do imobilizado em curso		<u>136.048</u>	<u>-</u>	<u>136.048</u>	<u>123.096</u>
Total do imobilizado		<u>23.398.520</u>	<u>(5.790.447)</u>	<u>17.608.074</u>	<u>18.401.398</u>

- (i) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel que em 31 de dezembro de 2021 tem valor líquido de R\$2.213 está classificado nesta rubrica de acordo com o CPC 06 parágrafo 47(a)(ii).

Notas Explicativas

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2021				
	Valor Líquido	Adições	Transferência/ Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor baixa	Valor depreciação	Valor líquido
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Terrenos	366.115	-	-	5.576	(5.285)	(15.765)	350.641
Reservatórios, barragens e adutoras	6.714.077	-	-	-	-	(287.553)	6.426.524
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3.635.007	1.903	-	-	(947)	(155.842)	3.480.121
Máquinas e equipamentos	7.558.595	-	-	-	-	(347.617)	7.210.978
Veículos	1.431	-	-	-	-	(520)	911
Móveis e utensílios	3.077	-	-	102	-	(328)	2.851
Total do imobilizado em serviço	18.278.302	1.903	-	5.678	(6.232)	(807.625)	17.472.026
<u>Imobilizado em curso</u>							
Terrenos	4.752	-	3.304	(5.576)	-	-	2.480
Reservatórios, barragens e adutoras	60.395	731	290	-	-	-	61.416
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	48	-	-	-	-	48
Máquinas e equipamentos	13.289	10.458	13	-	-	-	23.760
Veículos	1.392	96	-	-	-	-	1.488
Móveis e utensílios	551	602	-	(102)	-	-	1.051
Material em depósito	19.333	4.018	(303)	-	-	-	23.048
Outros	23.384	2.677	(3.304)	-	-	-	22.757
Total do imobilizado em curso	123.096	18.630	-	(5.678)	-	-	136.048
Total do imobilizado	18.401.398	20.533	-	-	(6.232)	(807.625)	17.608.074

(i) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel que em 31 de dezembro de 2021 tem valor líquido de R\$2.213 está classificado nesta rubrica de acordo com o CPC 06 parágrafo 47(a)(ii).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2020				
	Valor Líquido	Adições	Transferência/ Reclassificação (*)	Transferência para imobilizado em serviço	Valor baixa	Valor depreciação	Valor líquido
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Terrenos	162.869	203.657	-	6.914	-	(7.325)	366.115
Reservatórios, barragens e adutoras	7.070.074	69.352	-	(17.932)	(106.577)	(300.840)	6.714.077
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3.794.972	1.741	1.553	-	-	(163.259)	3.635.007
Máquinas e equipamentos	7.910.155	-	461	31.888	(21.088)	(362.821)	7.558.595
Veículos	1.990	-	-	156	-	(715)	1.431
Móveis e utensílios	3.073	-	(461)	302	-	163	3.077
Total do imobilizado em serviço	18.943.133	274.750	1.553	21.328	(127.665)	(834.797)	18.278.302
<u>Imobilizado em curso</u>							
Terrenos	4.690	6.966	10	(6.914)	-	-	4.752
Reservatórios, barragens e adutoras	59.179	1.216	(17.948)	17.948	-	-	60.395
Máquinas e equipamentos	44.359	10.875	(10.049)	(31.888)	(8)	-	13.289
Veículos	1.385	163	-	(156)	-	-	1.392
Móveis e utensílios	55	815	(15)	(302)	(2)	-	551
Material em depósito	19.408	2.286	45	-	(2.406)	-	19.333
Outros	2.579	5.503	27.957	(16)	(12.639)	-	23.384
Total do imobilizado em curso	131.655	27.824	-	(21.328)	(15.055)	-	123.096
Total do imobilizado	19.074.788	302.574	1.553	-	(142.720)	(834.797)	18.401.398

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

(i) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel que em 31 de dezembro de 2020 tem valor líquido de R\$1.862 está classificado nesta rubrica de acordo com o CPC 06 parágrafo 47(a) (ii).

Notas Explicativas**13. INTANGÍVEL**

A Composição do intangível é como segue:

	Taxas anuais médias de amortização %	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Intangível em serviço</u>					
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,20%	199.339	(61.933)	137.406	143.524
Licença de Operação	16,67%	131.730	(18.683)	113.047	112.078
Direito de Concessão – GSF (i)	3,85%	890.351	(8.570)	881.781	-
Servidão permanente	3,10%	10.226	(2.012)	8.214	8.581
Software	20,57%	30.773	(29.955)	818	1.864
Total do intangível em serviço		<u>1.262.419</u>	<u>(121.153)</u>	<u>1.141.266</u>	<u>266.047</u>
<u>Intangível em curso</u>					
Software		3.901	-	3.901	1.858
Total do intangível em curso		<u>3.901</u>	<u>-</u>	<u>3.901</u>	<u>1.858</u>
Total do intangível		<u>1.266.320</u>	<u>(121.153)</u>	<u>1.145.167</u>	<u>267.905</u>

(i) Extensão do Prazo da Concessão (nota explicativa nº 1.5 c)

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2021				
	Valor líquido	Adições	Transferência/ reclassificação	Transferência para intangível em serviço	Valor baixa	Valor amortização	Valor líquido
<u>Intangível em serviço</u>							
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	143.524	-	-	-	-	(6.118)	137.406
Licença de Operação	112.078	19.652	-	-	-	(18.683)	113.047
Direito de Concessão – GSF	-	-	-	890.351	-	(8.570)	881.781
Servidão permanente	8.581	-	-	-	-	(367)	8.214
Software	1.864	-	-	-	-	(1.046)	818
Total do intangível em serviço	266.047	19.652	-	890.351	-	(34.784)	1.141.266
<u>Intangível em curso</u>							
Direito de Concessão – GSF	-	890.351	-	(890.351)	-	-	-
Software	1.858	2.043	-	-	-	-	3.901
Total do intangível em curso	1.858	892.394	-	(890.351)	-	-	3.901
Total do intangível	267.905	912.046	-	-	-	(34.784)	1.145.167

Notas Explicativas

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2020				Valor líquido
	Valor líquido	Adições	Transferência / reclassificação(*)	Transferência para intangível em serviço	Valor baixa	Valor amortização	
<u>Intangível em serviço</u>							
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	149.903	-	-	-	-	(6.379)	143.524
Direito de uso	820	-	(1.553)	-	(36)	769	-
Licença de Operação	-	112.078	-	-	-	-	112.078
Servidão permanente	8.964	-	-	-	-	(383)	8.581
Software	4.204	-	-	30	-	(2.370)	1.864
Total do intangível em serviço	<u>163.891</u>	<u>112.078</u>	<u>(1.553)</u>	<u>30</u>	<u>(36)</u>	<u>(8.363)</u>	<u>266.047</u>
<u>Intangível em curso</u>							
Software	518	1.370	-	(30)	-	-	1.858
Total do intangível em curso	<u>518</u>	<u>1.370</u>	<u>-</u>	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.858</u>
Total do intangível	<u>164.409</u>	<u>113.448</u>	<u>(1.553)</u>	<u>-</u>	<u>(36)</u>	<u>(8.363)</u>	<u>267.905</u>

(*) Reclassificações efetuadas para outras rubricas patrimoniais.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

14. FORNECEDORES

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Circulante:		
Passivo regulatório (i)	9.805	32.270
Encargos de uso da rede elétrica (ii)	71.311	108.527
Materiais e serviços	30.133	22.458
Suprimento de energia elétrica (iii)	56.460	52.151
Fornecedores estrangeiros	1.541	1.541
Total	<u>169.250</u>	<u>216.947</u>

- (i) O saldo da rubrica “Passivo regulatório” representa uma posição devedora da Companhia em operações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).
- (ii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema - ONS e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio.

Em 19 de agosto de 2021 a Companhia obteve êxito liminar em um recurso judicial perante o TRF1 (Tribunal Regional da 1ª Região), determinando que não seja aplicado o período de transição da TUST até o esgotamento da fase administrativa na ANEEL. Neste sentido, até que se encerre o processo administrativo movido pela Companhia, este encargo regulatório será pago sem a perpetuação por mais dois anos de uma tarifa mais gravosa (período de transição). Até a data destas demonstrações financeiras a redução do montante a pagar totalizou R\$ 156.245, em decorrência da liminar este montante foi provisionado com adição dos encargos previstos em contrato, totalizando R\$ 168.032 (nota explicativa Nº 22).

- (iii) Compras bilaterais de energia realizadas com o objetivo de atenuar os impactos do risco hidrológico.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas S.A.

Em dezembro de 2018, a Companhia renegotiou (reperfilamento) sua dívida no montante de R\$9,7 bilhões com o BNDES e demais bancos repassadores (Santander, Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e "Haitong"), adequando o fluxo de pagamento de sua principal dívida à sua capacidade de geração de caixa.

Essa renegociação teve como principais alterações:

1. Extensão do prazo da dívida de 2034 para 2040.
2. Carência de principal até dezembro de 2024, passando a ser amortizado a partir de janeiro de 2025.
3. Alteração dos indexadores da dívida: BNDES Direto de TJLP + 2,40% a.a. para TLP + 3,9% a.a. BNDES Indireto (bancos repassadores) de TJLP + 3,3% a.a. para TLP + 4,7% a.a.
4. Pagamentos graduais dos juros correspondentes aos percentuais da dívida, conforme segue:

jan-19	jul-19	jan-21	jan-22 a dez-23	jan-24	jan-25
5%	50%	60%	80%	90%	100%

Em setembro de 2021, o BNDES lançou uma medida emergencial para suspensão de pagamentos (Standstill) por até 7 meses, entre dezembro/21 e junho/22, para as usinas hidrelétricas acima de 50 MW de capacidade instalada, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos da crise hídrica.

A Companhia aderiu ao programa, de forma integral, no dia 12 de dezembro de 2021 para o BNDES Direto e para o Indireto (Repasse). Serão postergadas 07 parcelas de juros e principal, tais parcelas serão capitalizadas (acrescidas) ao saldo devedor, sem incidência de juros de mora durante o período de suspensão e sem alteração do prazo de amortização da dívida.

(i) Garantias

Para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dos Contratos de Financiamentos e Escritura de Debêntures, foram constituídas as seguintes garantias:

- (a) Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA, acionista e Controladora integral da Companhia, dando as mesmas para o BNDES através da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças.
- (b) Cessão fiduciária entre a Companhia e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade da mesma, em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio.
- (c) Suporte de acionistas e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento.
- (d) Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vierem a ocorrer na execução do projeto, além de frustrações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

- (e) Fiança Eletrobrás e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto.
 - (f) Suporte de acionistas suplementar e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento suplementar.
- (ii) Cláusulas restritivas

A Companhia possui contratos de financiamentos junto ao BNDES e debêntures, os quais possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (“*covenants*”).

“*Covenants*” são cláusulas contratuais, exigidas nos contratos de financiamentos e empréstimos, que controlam as atividades da Companhia, criadas para proteger o interesse do credor. Estes indicadores estabelecem condições que não podem ser descumpridas, caso isto ocorra, e se configurado o descumprimento de quaisquer “*covenants*”, o credor poderá exigir o vencimento antecipado da dívida (“*default*”).

Principais cláusulas:

- (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo em 1,2 até 2024, e em 1,3 de 2025 até o final da liquidação dos financiamentos.
- (b) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,25 (aplicável apenas para a 2ª e 3ª emissão de debêntures).
- (c) Índice de Dívida líquida/Patrimônio Líquido menor ou igual a 3,5 (aplicável apenas para a 1ª emissão de debêntures).
- (d) Sem prévia e expressa autorização dos credores, não realizar distribuição de dividendos ou pagamento.
- (e) Não constituir garantias de qualquer espécie com outros credores.
- (f) Não firmar contrato de mútuo com acionistas, diretos ou indiretos, com pessoas físicas ou jurídicas, componentes do grupo econômico a que pertença a SAE.
- (g) Protesto legítimo de títulos contra a Companhia em montante individual ou agregado superior a R\$20.000, salvo se for validamente comprovado pela Companhia que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que tal erro ou má fé tenha sido comprovado pela Companhia dentro do prazo de 30 dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (iii) foram prestadas garantias em juízo.
- (h) Apresentar ao BNDES, nas épocas devidas, a Licença de Operação do Projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão ambiental competente.
- (i) Cumprir e se manter em conformidade com todas as obrigações socioambientais a que está sujeita por força da legislação socioambiental vigente e, a critério razoável dos Agentes, com os padrões definidos pelos Princípios do Equador (aplicável apenas para o BNDES Repasse, FNO, 2ª e 3ª emissão de debêntures).
- (j) Enviar relatório informando o número de funcionários administrativos e operacionais ao fim de cada trimestre.

Notas Explicativas

- (k) Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES, excetuando-se as garantias relativas aos negócios de gestão ordinária da Companhia e de sua Controlada. Nas hipóteses de prestação de garantia em operações relativas aos negócios de gestão ordinária da Companhia e Controlada cujo valor seja superior a R\$100.000, a SAE deverá enviar comunicação, por escrito, ao BNDES, no prazo de até 5 dias úteis contados da data de constituição de tal garantia.

Conforme obrigação dos contratos de financiamentos e nas escrituras das debêntures, os indicadores financeiros são apurados anualmente, a partir do exercício social encerrado. Contudo, a Companhia realiza o monitoramento destes indicadores trimestralmente.

Para os índices de Capitalização (b) e de Dívida Líquida/Patrimônio Líquido (c), foram obtidos “waivers” em 13 de agosto de 2018 e 14 de dezembro de 2018, respectivamente, sendo: (i) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/ Ativo Total) “waiver” obtido até o encerramento do exercício de 2021; e (ii) Índice de Dívida Líquida/Patrimônio Líquido: “waiver” obtido até o encerramento do exercício de 2028. Esses índices possuem apurações anuais e são apurados somente após a divulgação do resultado do exercício.

Adicionalmente, os contratos de financiamento contêm cláusula que estabelece a faculdade dos credores poderem exercer o direito de “declarar o vencimento antecipado da dívida” em razão da ocorrência do pedido de recuperação judicial de qualquer um dos intervenientes nos respectivos contratos, o que ocorreu no segundo trimestre de 2019 com as empresas intervenientes Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (“OPI”), Odebrecht Energia do Brasil S.A. (“OEB”) e Odebrecht S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve declaração por escrito dos credores, afirmando que, em virtude da recuperação judicial acima mencionada bem como dos fatos conhecidos até o momento, não exercerão a faculdade de “declarar o vencimento antecipado da dívida” para os próximos doze meses.

Ademais, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu a todos os “covenants”, conforme obrigações descritas nos Contratos de Financiamentos e Escrituras de debêntures.

15.1. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
<u>Passivo circulante</u>				
BNDES - Indireto	R\$	TLP (*) + 4,7% a.a.	30.065	26.769
BNDES - Direto	R\$	TLP (*) + 3,9% a.a.	40.608	37.401
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$	-	(601)	(601)
Banco da Amazônia S.A. - FNO	R\$	Juros de 10,0% a.a. (**)	46.048	44.010
			<u>116.120</u>	<u>107.579</u>
<u>Passivo não circulante</u>				
BNDES - Indireto (a)	R\$	TLP (*) + 4,7% a.a.	6.352.063	5.813.126
BNDES - Direto (a)	R\$	TLP (*) + 3,9% a.a.	6.006.444	5.534.841
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$	-	(10.663)	(11.264)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	Juros de 10,0% a.a. (**)	479.763	521.407
			<u>12.827.607</u>	<u>11.858.110</u>
			<u>12.943.727</u>	<u>11.965.689</u>

(*) TLP: IPCA + 2,98% a.a.

(**) Bônus de Adimplência de 15%: Taxa real 8,5% a.a.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

(i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal)

	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>Após 2026</u>	<u>Total</u>
Principal	<u>12.571</u>	<u>11.634</u>	<u>61.671</u>	<u>134.999</u>	<u>12.137.632</u>	<u>12.358.507</u>
	<u>12.571</u>	<u>11.634</u>	<u>61.671</u>	<u>134.999</u>	<u>12.137.632</u>	<u>12.358.507</u>

(b) Banco da Amazônia S.A.

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento, firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Companhia e dos acionistas da Controladora, no valor total de R\$503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento teve como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (nota explicativa nº 1).

(i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal)

	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>Após 2026</u>	<u>Total</u>
Principal	<u>47.931</u>	<u>52.624</u>	<u>57.970</u>	<u>63.845</u>	<u>257.393</u>	<u>479.763</u>
	<u>47.931</u>	<u>52.624</u>	<u>57.970</u>	<u>63.845</u>	<u>257.393</u>	<u>479.763</u>

(ii) Garantias e cláusulas restritivas

O Banco da Amazônia compartilha das mesmas garantias e restrições apresentadas na nota explicativa nº 15 (i) e (ii).

Movimentação de empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	107.579	11.858.110
Encargos financeiros provisionados	1.065.858	1.023.979
Encargos financeiros pagos	(1.061.058)	-
Amortização de principal	(51.342)	-
Transferências	55.083	(55.083)
Custos de transação	601	-
Transferências de custo de transação	(601)	601
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>116.120</u>	<u>12.827.607</u>

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	73.428	10.924.960
Encargos financeiros provisionados	331.561	932.549
Encargos financeiros pagos	(284.106)	-
Amortização de principal	(13.304)	-
Custos de transação	601	-
Transferências de custo de transação	(601)	601
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>107.579</u>	<u>11.858.110</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

15.2. Debêntures

Série	Valor unitário (em reais)	Remuneração	31 de dezembro de 2021				31 de dezembro de 2020	
			Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Total	
<u>Passivo circulante</u>								
1ª emissão (a)	1ª e 2ª	-	-	-	(50)	(50)	(50)	
2ª emissão (b)	Única	R\$100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	117.600	82.710	(607)	199.703	154.677
	1ª		IPCA + juros de 7,05% a.a.	84.770	49.686	(195)	134.261	142.087
3ª emissão (c)	2ª	R\$10.000,00	IPCA + juros de 7,49% a.a.	125.500	83.280	(1.336)	207.444	9.819
				<u>327.870</u>	<u>215.676</u>	<u>(2.188)</u>	<u>541.358</u>	<u>306.533</u>
<u>Passivo não circulante</u>								
1ª emissão (a)	1ª			70.448	1.589.244	(381)	2.359.311	2.000.927
	2ª	R\$1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	809.346	1.453.894	(381)	2.262.859	1.919.123
2ª emissão (b)	Única	R\$100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	-	-	-	-	180.223
	1ª		IPCA + juros de 7,05% a.a.	-	-	-	-	96.764
3ª emissão (c)	2ª	R\$10.000,00	IPCA + juros de 7,49% a.a.	374.500	210.469	(1.725)	583.244	705.276
				<u>1.954.294</u>	<u>3.253.607</u>	<u>(2.487)</u>	<u>5.205.414</u>	<u>4.902.313</u>
				<u>2.282.164</u>	<u>3.469.283</u>	<u>(4.675)</u>	<u>5.746.772</u>	<u>5.208.846</u>

(a) 1ª Emissão

Em setembro de 2012, a Companhia celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R\$760.060 (R\$770.448, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R\$760.060 (R\$809.346, atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante do debenturista e a Controladora como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 1).

Notas Explicativas S.A.

O FI-FGTS, na qualidade de debenturista, compartilha das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 15 (i) e (ii), exceto pelo subitem (e), cuja fiança é emitida por Furnas e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto.

Em 11 de janeiro de 2022, a “Fitch Ratings” reafirmou o “rating” da 1ª emissão de debêntures em BBB-(bra), perspectiva estável.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 15 (quinze) parcelas anuais, sendo: (i) 1ª série a partir de outubro/2023 e (ii) 2ª série a partir de junho/2024.

No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(b) 2ª Emissão

Em dezembro de 2012, a Companhia emitiu 4.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, recebida em 24 de janeiro de 2013, no valor atualizado de R\$424.924. O valor nominal unitário das debêntures é R\$100, totalizando R\$420.000, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas e a Controladora, como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (nota explicativa nº 1).

Os debenturistas compartilham das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 15(i) e (ii).

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente (junho e dezembro), parte do principal já foi amortizado sendo: 5,5% em 27 de dezembro de 2017; 17,5% em 27 de dezembro de 2019 e 25,0% em 27 de dezembro de 2020 e 24,0% em 27 de dezembro de 2021.

Próximas amortizações: saldo remanescente 28,0% em 27 de dezembro de 2022.

No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(c) 3ª Emissão

Em 15 de abril de 2014, a Companhia emitiu 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, divididas em duas séries, totalizando o montante de R\$700.000, para distribuição pública, nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas e a Controladora como interveniente anuente. As duas séries foram recebidas entre os dias 02 e 05 de maio de 2014, sendo a 1ª série de R\$200.000 (R\$201.000, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série no valor de R\$500.000 (R\$504.000, atualizados até a data de recebimento).

O objetivo desta emissão foi de captar recursos para viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antônio.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Os debenturistas dessa 3ª emissão compartilham das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 15 (i) e (ii).

Em 11 de janeiro de 2022, a “Fitch Ratings” reafirmou o “rating” da 3ª emissão de debêntures em BBB-(bra), perspectiva estável.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente (abril e outubro), 65,7% (1ª série) do principal já foi amortizado.

Próximas amortizações:

1ª série - saldo remanescente em 15 de abril de 2022.

2ª série - 25,1% em 15 de abril de 2022; 55,6% em 15 de abril de 2023 e o saldo remanescente em 15 de abril de 2024.

No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(d) Vencimento das parcelas de debêntures - não circulante (principal e encargos¹)

	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>Após 2026</u>	<u>Total</u>
Principal e encargos ¹	<u>591.549</u>	<u>458.928</u>	<u>308.195</u>	<u>308.195</u>	<u>3.541.034</u>	<u>5.207.901</u>
	<u>591.549</u>	<u>458.928</u>	<u>308.195</u>	<u>308.195</u>	<u>3.541.034</u>	<u>5.207.901</u>

¹ Juros e atualizações monetárias.

(e) Movimentação de debêntures

Em 31 de dezembro de 2021:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	306.533	4.902.313
Encargos financeiros provisionados	216.642	699.322
Encargos financeiros pagos	(126.877)	-
Amortização	(253.776)	-
Transferência	398.410	(398.410)
Amortização de custos de transação	2.615	-
Transferências de custo de transação	(2.189)	2.189
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>541.358</u>	<u>5.205.414</u>

Em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	211.079	4.750.200
Encargos financeiros provisionados	109.764	438.898
Encargos financeiros pagos	(165.909)	-
Amortização	(137.800)	-
Transferência	289.399	(289.399)
Amortização de custos de transação	2.614	-
Transferências de custo de transação	(2.614)	2.614
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>306.533</u>	<u>4.902.313</u>

Notas Explicativas

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante:		
COFINS	18.349	10.956
PIS	3.891	2.376
COFINS (Parcelamento) (i)	22.581	23.462
PIS (Parcelamento) (i)	4.602	5.072
ICMS	3.538	1.718
INSS	423	405
ISS	343	388
Outros	898	1.034
	<u>54.625</u>	<u>45.411</u>
Não circulante:		
COFINS (Parcelamento) (i)	65.509	19.552
PIS (Parcelamento) (i)	13.082	4.226
	<u>78.591</u>	<u>23.778</u>
	<u>133.216</u>	<u>69.189</u>

- (i) Em 17 de dezembro de 2021, a Companhia requereu o parcelamento convencional do PIS e da COFINS previsto no art. 10 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002, totalizando o montante de R\$138.081, que será quitado em 60 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC e acrescidas de 1% no mês do vencimento.

17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

A Companhia recebeu adiantamentos de clientes pela venda de energia. As receitas destas operações são reconhecidas no resultado quando ocorrem os fornecimentos das energias contratadas, cumprindo-se as obrigações de desempenho, nesta ocasião ocorrerão as baixas dos adiantamentos.

Posição dos adiantamentos em 31 de dezembro de 2021:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante:		
Saldo inicial	137.926	97.489
Transferência	146.417	151.197
Baixa por realização	(138.047)	(110.760)
Total circulante	<u>146.296</u>	<u>137.926</u>
Não circulante:		
Saldo inicial	339.470	178.897
Adição	-	311.770
Transferência	(146.417)	(151.197)
Total não circulante	<u>193.053</u>	<u>339.470</u>
	<u>339.349</u>	<u>477.396</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

18. CAUÇÕES EM GARANTIA

Contratualmente, as empresas prestadoras de serviço devem fornecer à Companhia uma garantia para a execução de obras e/ou serviços, quando aplicável. Essa garantia é feita por meio da retenção de até 5% (cinco por cento) do valor do pagamento a ser recebido pelo contratado, de todas as medições até o fim do contrato e de seus eventuais aditivos.

O montante refere-se, principalmente, às retenções de 5% dos valores pagos aos contratados com base nos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos, transporte e montagem das 50 unidades geradoras de energia e dos painéis de controle da UHE Santo Antônio. O montante retido é a garantia do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas em contratos de serviços elegíveis. Em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$790.464 (dezembro de 2020 - R\$580.102), dos quais R\$769.897 registrados no passivo não circulante correspondem principalmente às cauções em garantia do Contrato EPC com o CCSA.

19. CONCESSÕES A PAGAR

Trata-se da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$379.267, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$304.895 (dezembro de 2020 - R\$281.194).

Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (nota explicativa nº 13), em contrapartida do passivo.

19.1. Movimentação da concessão a pagar

Em 31 de dezembro de 2021:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.842	257.352
Atualização - IPCA	-	25.001
Ajuste a valor presente	(60)	23.615
Pagamentos	(24.855)	-
Transferências	27.307	(27.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>26.234</u>	<u>278.661</u>

Em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.875	252.706
Atualização - IPCA	-	20.919
Ajuste a valor presente	(24)	8.411
Pagamentos	(23.693)	-
Transferências	24.684	(24.684)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>23.842</u>	<u>257.352</u>

Notas Explicativas

19.2. Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante:

2023	29.024
2024	30.095
2025	30.875
2026	31.625
2027	32.392
2028 a 2043	<u>124.650</u>
	<u><u>278.661</u></u>

20. PROVISÕES SOCIOAMBIENTAIS

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Circulante:		
Programas básicos ambientais (i)	191.751	180.467
Compensação ambiental (ii)	<u>20.123</u>	<u>13.339</u>
	<u>211.874</u>	<u>193.806</u>
Não circulante:		
Programas básicos ambientais (i)	216.764	204.620
Compensação ambiental (ii)	<u>75.620</u>	<u>70.939</u>
	<u>292.384</u>	<u>275.559</u>
	<u><u>504.258</u></u>	<u><u>469.365</u></u>

- (i) Nas rubricas “Programas básicos ambientais” estão registradas as estimativas da Administração em relação aos gastos socioambientais em cumprimento as condicionantes previstas nas Licenças de Instalação nº 540/2008, Licença de Operação nº 1.044/2011 - 1ª Renovação, 2ª Retificação e na Autorização Especial nº 15/2018, todas expedidas pelo IBAMA.

Essas licenças determinam o atendimento aos 28 programas ambientais constantes do Programa Básico Ambiental (PBA) da Hidrelétrica Santo Antônio por meio da adoção de medidas que visam impedir, mitigar ou, excepcionalmente, compensar impactos identificados nos monitoramentos ambientais também exigidos pelo IBAMA, tais como:

- Programa de Monitoramento do Lençol Freático.
- Programa de Monitoramento Sismológico.
- Programa de Monitoramento Climatológico.
- Programa de Conservação da Flora.
- Programa de Conservação da Fauna.
- Programa de Conservação da Ictiofauna.
- Programa de Saúde Pública.
- Programa de Remanejamento da População Atingida.
- Programa de Apoio às Comunidades Indígenas.
- Programa de Compensação Social.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Movimentação dos Programas básicos ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	180.467	204.620
Adições	14.368	-
Atualização monetária - IPCA	3.979	25.687
Realizações	(20.606)	-
Transferências	13.543	(13.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>191.751</u>	<u>216.764</u>

Movimentação dos Programas básicos ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	61.107	101.707
Adições	163.350	115.159
Atualização monetária - IPCA	-	5.932
Realizações	(62.168)	-
Transferências	18.178	(18.178)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>180.467</u>	<u>204.620</u>

- (i) O saldo registrado em “Compensação ambiental”, calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, corresponde a 0,5% (R\$56.159) do valor de referência do empreendimento, conforme definido na Licença de Operação nº 1.044/11, expedida pelo IBAMA. Esses recursos são destinados a compensar os impactos ambientais não mitigáveis causados pela obra e em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$95.743 (dezembro de 2020 - R\$84.278).

Movimentação em 31 de dezembro de 2021:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.339	70.939
Atualização monetária	-	11.465
Transferências	6.784	(6.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>20.123</u>	<u>75.620</u>

Movimentação em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	89.490
Atualização monetária	-	1.211
Baixas	-	(6.423)
Transferências	13.339	(13.339)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>13.339</u>	<u>70.939</u>

Notas Explicativas**21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

Os passivos contingentes e as provisões existentes estão ligados, principalmente, às discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, ambientais, cíveis e tributários.

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

21.1. Perda provável - são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia faz provisão e destaca em nota explicativa.

Perdas prováveis

	Ambientais (i)	Trabalhistas	Cíveis (ii)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.914	750	27.776	44.440
Novos processos / complementos	-	381	5.191	5.572
Reversões	-	-	(6.783)	(6.783)
Baixa pagamento	-	(110)	-	(110)
Atualizações monetárias	654	92	185	931
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>16.568</u>	<u>1.113</u>	<u>26.369</u>	<u>44.050</u>

	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	15.486	545	27.692	43.723
Novos processos / complementos	-	159	7970	8.129
Reversões	-	(38)	(8.657)	(8.695)
Baixa pagamento	-	(33)	(1.959)	(1.992)
Atualizações monetárias	428	117	2.730	3.275
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>15.914</u>	<u>750</u>	<u>27.776</u>	<u>44.440</u>

(i) Administrativos ambientais

Refere-se a auto de infração lavrado pelo IBAMA em dezembro de 2008 decorrente de morte de peixes causada por poluição supostamente decorrente das obras de implantação da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, município de Porto Velho - RO.

(ii) Cíveis

Trata-se, majoritariamente, de (i) ações de execução para entrega de imóveis destinados à compensação de área de Reserva Legal de imóveis já entregues à comunidade reassentada pela Companhia por ocasião da implantação da UHE Santo Antônio para produção agrícola; e (ii) pagamento de eventual valor complementar definido em juízo nas ações de desapropriação de imóveis necessários para composição do reservatório da UHE Santo Antônio.

21.2. Perda possível - são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

provisão e destaca em nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2021, existem processos judiciais cujo valor em discussão totaliza o montante de R\$4.144.157, conforme demonstrados a seguir, cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos externos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

Perdas possíveis

	Ambientais (i)	Trabalhistas (ii)	Tributárias (iii)	Cíveis (iv)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.498	2.578	938.572	3.043.701	4.036.349
Novos processos / complementos	-	-	106.205	311.366	417.571
Reversões	(23.268)	(1.894)	(374.745)	(175.450)	(575.357)
Atualizações monetárias	1.032	101	11.384	253.077	265.594
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>29.262</u>	<u>785</u>	<u>681.416</u>	<u>3.432.694</u>	<u>4.144.157</u>
	<u>Ambientais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.217	2.617	614.122	2.594.267	3.261.223
Novos processos / complementos	-	1.591	345.720	640.643	987.954
Reversões	(54)	(1.724)	(81.462)	(413.961)	(497.201)
Atualizações monetárias	1.335	94	60.192	222.752	284.373
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>51.498</u>	<u>2.578</u>	<u>938.572</u>	<u>3.043.701</u>	<u>4.036.349</u>

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes:

(i) Administrativos ambientais

Autos de infração referentes a questões ambientais ocorridas na implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio.

(ii) Trabalhistas

Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

(iii) Tributárias

Processos administrativos ou judiciais para discussão de (i) não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal; (ii) não homologação de compensação de IRRF; (iii) defesa em autos de infração e demandas judiciais questionando o recolhimento de ISSQN devido pela SAE em razão de prestadores de serviço da Companhia; (iv) multas relativas ao cumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao PIS e a COFINS; (v) Defesa em notificação recebida da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia-SEFIN-RO para proceder o levantamento e o recolhimento das diferenças de ICMS relativas ao Diferencial de Alíquota das operações de entradas interestaduais de mercadorias eventualmente realizadas, ambos na vigência do Termo de Acordo de Regime Especial nº 058/2014.

Notas Explicativas

(iv) Cíveis

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio (ou do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira) ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas.

Contingências por solidariedade

Os passivos contingentes por solidariedade referem-se a pleitos formulados nas demandas judiciais em que a Companhia é parte e cuja liquidação espera-se que seja realizada pelas demais partes que ocupam o polo passivo do processo.

Em 31 de dezembro de 2021 as contingências possíveis por solidariedade com natureza cível totalizam R\$1.885.268. Os processos em que há contingência por solidariedade são demandas cíveis que tratam de (i) indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira e (ii) demandas ajuizadas pleiteando o cumprimento de obrigações relativas ao licenciamento ambiental da Hidrelétrica Santo Antônio e deficiências na prestação de serviços públicos em comunidades supostamente impactadas pela implantação e operação do empreendimento.

	31 de dezembro de 2021		
	Valor envolvido		
	Companhia	Solidariedade	Total
Trabalhista	785	-	785
Cível	3.432.694	1.885.268	5.317.962
Administrativo ambiental	29.262	-	29.262
Administrativo tributário	681.416	-	681.416
Total	4.144.157	1.885.268	6.029.425

22. OUTRAS PROVISÕES

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante		
Encargos de uso da rede elétrica (i)	168.032	-
Não Circulante		
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	492.017	417.731
	660.049	417.731

- (i) Em 19 de agosto de 2021 a Companhia obteve êxito liminar em um recurso judicial perante o TRF1 (Tribunal Regional da 1ª Região), determinando que não seja aplicado o período de transição da TUST até o esgotamento da fase administrativa na ANEEL. Neste sentido, até que se encerre o processo administrativo movido pela Companhia, este encargo regulatório será pago sem a perpetuação por mais dois anos de uma tarifa mais gravosa (período de transição). Até a data destas demonstrações financeiras a redução do montante a pagar totalizou R\$ 156.245, em decorrência da liminar este montante foi provisionado com adição dos encargos previstos em contrato, totalizando R\$ 168.032 (nota explicativa Nº 14).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

- (ii) Nessa rubrica estão registrados gastos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013, que resultaram em elevação dos custos do CCSA com o Contrato EPC em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do Consórcio.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$9.664.356 dividido em 10.000.452.329 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cuja titularidade integral da Madeira Energia S.A.

24. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir estabelece o cálculo do prejuízo por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Lucro/prejuízo do exercício	6.513	(1.425.925)
Média ponderada do número de ações ordinárias	10.000.452.329	10.000.452.329
Lucro/prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais) (*)	0,65	(142,59)

(*) A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros e patrimoniais com efeito dilutivo.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza de sua realização.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Fornecimento de energia à indústria	163.100	149.589
Suprimento de energia elétrica	4.031.613	3.422.841
	4.194.713	3.572.430
(-) Deduções da receita:		
P&D	(30.926)	(32.002)
ICMS	(19.622)	(10.733)
PIS e COFINS	(386.196)	(329.457)
	(436.744)	(372.192)
Receita operacional líquida	3.757.969	3.200.238

Notas Explicativas**26. GASTOS OPERACIONAIS****26.1. Custos do serviço de energia elétrica**

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2021			2020		
	Custos dos serviços			Custos dos serviços		
Com energia elétrica	De operação	Total	Com energia elétrica	De operação	Total	
Energia de curto prazo - CCEE (i)	(478.686)	-	(478.686)	(33.334)	-	(33.334)
Direito de Concessão – GSF (ii)	890.351	-	890.351	-	-	-
Energia comprada para revenda (i)	(670.283)	-	(670.283)	(609.034)	-	(609.034)
Encargos de uso e conexão (iii)	(1.079.551)	-	(1.079.551)	(1.089.207)	-	(1.089.207)
Créditos de PIS e COFINS	191.685	9.090	200.775	159.341	5.797	165.138
Outros encargos	-	(108.311)	(108.311)	(4.080)	(109.765)	(113.845)
Pessoal	-	(75.104)	(75.104)	-	(66.735)	(66.735)
Material	-	(12.064)	(12.064)	-	(17.013)	(17.013)
Serviços de terceiros	-	(75.613)	(75.613)	-	(73.288)	(73.288)
Depreciação e amortização	-	(840.508)	(840.508)	-	(839.830)	(839.830)
Outros	-	(15.082)	(15.082)	-	(13.881)	(13.881)
	<u>(1.146.484)</u>	<u>(1.117.592)</u>	<u>(2.264.076)</u>	<u>(1.576.314)</u>	<u>(1.114.715)</u>	<u>(2.691.029)</u>

- (i) A estratégia comercial da Companhia, a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (GSF), no ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) pode ocasionar variações entre as rubricas “Energia de Curto Prazo - CCEE” e “Energia Comprada para revenda”, por isso, as rubricas deverão ser analisadas em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2021, observa-se o aumento dos custos com energia elétrica em decorrência do agravamento do Risco Hidrológico (nota explicativa nº 4.1 (iv)).

- (ii) Extensão do Prazo da Concessão (nota explicativa nº 1.5 c).
- (iii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente do contrato firmado com o ONS (Operador Nacional do Sistema) e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante do uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio Energia.

26.2. Despesas gerais e administrativas

	Exercícios findos em	
	2021	2020
Pessoal e administradores da entidade	(32.467)	(32.178)
“Fees” e comissões para bancos	(3.215)	(3.215)
Serviços de terceiros	(39.938)	(39.572)
Amortização e depreciação	(1.118)	(1.462)
Aluguéis e arrendamentos	(1.164)	(1.121)
Seguros	(487)	(2.819)
Tributos	(216)	(136)
Outras	(1.952)	(2.295)
	<u>(80.557)</u>	<u>(82.798)</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras (i):		
Receita de aplicações financeiras	18.723	11.659
Outras receitas financeiras	5.051	1.048
Variações monetárias moeda nacional	266.858	240.856
Variações monetárias (Uso do bem público)	9.447	6.059
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(35.058)	(853)
	<u>265.021</u>	<u>258.769</u>
Despesas financeiras (ii):		
Juros de dívidas	(3.005.803)	(1.812.772)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(58.003)	(35.365)
Variações monetárias moeda nacional	(380.235)	(259.185)
Outras despesas financeiras	(30.830)	(4.282)
	<u>(3.474.871)</u>	<u>(2.111.604)</u>
	<u>(3.209.850)</u>	<u>(1.852.835)</u>

- (i) Receitas Financeiras: resultado impactado pelas atualizações monetárias (IGP-M) dos dispêndios reembolsáveis (nota explicativa nº 10).
- (ii) Despesas Financeiras: resultado impactado principalmente, pelas atualizações monetárias dos financiamentos (IPCA) (nota explicativa nº 15).

Notas Explicativas S.A.

28. PARTES RELACIONADAS

	Relação com a Companhia	Ativo		Passivo		Exercícios findos em 31 de dezembro			
						Receita		Despesa	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	2021	2020	2021	2020
Circulante:									
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	(i)	107.041	69.718	7.533	2.173	1.518.678	996.819	93.947	34.809
CEMIG Distribuição S.A.	(ii)	24.105	22.668	-	-	212.714	203.200	-	3.980
Furnas Centrais Elétricas S.A.	(i)	66	1.157	12.737	19.205	-	13	200.334	231.771
Não circulante:									
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	(ii)	-	-	57.317	43.129	-	-	-	-
		<u>131.212</u>	<u>93.543</u>	<u>77.587</u>	<u>64.507</u>	<u>1.731.392</u>	<u>1.200.032</u>	<u>294.281</u>	<u>270.560</u>

(i) Acionista da Controladora.

(ii) Acionista indireto da Controladora (grupo econômico).

CEMIG Geração e Transmissão S.A. - A Companhia possui seis Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) no Ambiente de Contratação Livre vigentes, dos quais quatro tem a SAE como vendedora (nota explicativa nº 6) e dois como compradora (nota explicativa nº 14) de energia da CEMIG. Adicionalmente, a Companhia mantém com CEMIG Geração e Transmissão S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia (nota explicativa nº 14).

CEMIG Distribuição S.A. - A Companhia possui Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, relativo à participação da CEMIG Distribuição S.A. no Leilão nº 05/2007 - ANEEL, no qual foram comercializados 70% da Garantia Física da UHE Santo Antônio (nota explicativa nº 1). A Cemig Distribuição comprou (nota explicativa nº 6) da Companhia 117,8 megawatts médios com prazo de suprimento compreendido entre 31 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2041 e 15,67 megawatts médios com prazo de vigência entre 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2046. Os contratos acima expostos estavam suspensos até 31 de dezembro de 2019 via Resolução ANEEL nº 711/2016.

Furnas Centrais Elétricas S.A. - A Companhia possui contrato de compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, em que atua como compradora (nota explicativa nº 14) de energia de 47,318 megawatts médios, com prazo de suprimento compreendido entre 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2027. Adicionalmente, a Companhia mantém com Furnas Centrais Elétricas S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia (nota explicativa nº 14).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Construtora Norberto Odebrecht S.A.- Retenções contratuais (cauções em garantia) realizadas pela Companhia de acordo com o Contrato EPC (nota explicativa nº 18).

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os gastos com o pessoal chave da Administração, compostos pela Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, contemplam os salários e pró-labores, benefícios diretos e indiretos e seus respectivos encargos, seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro	
	2021	2020
Remuneração (i)	7.212	6.773
Participação em resultados	1.568	1.539
Benefícios diretos e indiretos	301	307
	<u>9.081</u>	<u>8.619</u>

(i) A remuneração é composta por salários, pró-labores e seus respectivos encargos.

29. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no Rio Madeira, município de Porto Velho - RO, na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informação por segmento para suas análises.

30. RISCOS RELACIONADOS À CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

A Companhia implantou e mantém, desde 2018, robusto Programa de Integridade e Controles Internos, voltado à prevenção, detecção e remediação de fraudes, corrupção ou qualquer ato ilícito em linha com a Lei Anticorrupção Brasileira e seus regulamentos. A Companhia conduz análise de riscos anuais para direcionar as atividades de "compliance" aos riscos de negócio identificados, conduz revisão de terceiros, mantém ciclos de treinamentos anuais aos seus colaboradores e terceiros contratados e mantém um canal de denúncias disponível 24 horas, além de atividades de auditorias internas frequentes em todas as áreas. Todas as atividades de "compliance" são acompanhadas diretamente e mensalmente pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Conformidade e pelo seu Conselho de Administração.

A Companhia é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos e do Pacto Global da ONU ("UN Global Compact") alinhando sua estratégia e operação aos 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção.

A Administração da Companhia está comprometida e vem adotando todos os procedimentos alinhados com as melhores práticas de "compliance" e governança corporativa.

Notas Explicativas

Em 2018, a Companhia contratou escritório jurídico independente, especializado em investigações forenses, para realizar investigação específica, a partir de notícias veiculadas pela imprensa relacionadas com a Operação Lava Jato, sobre alegações de possíveis atividades ilegais envolvendo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas da Controladora e que também prestaram serviços à Companhia. A investigação, concluída em fevereiro de 2019, não encontrou qualquer evidência que permita corroborar as alegações feitas.

31. COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

A Companhia possui compromissos contratuais relacionados a contratos de compras de energia, firmados em condições de mercado, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo dos prazos dos contratos. Os contratos firmados com as partes relacionadas seguiram os devidos ritos de governança.

	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>Após 2026</u>
COMPRA DE ENERGIA	291.007	339.341	441.985	607.274	598.981	3.081.622

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Ações Acionistas e Administradores da Santo Antônio Energia S.A. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Antônio Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Base para a nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Análise quanto a redução ao valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado Em 31 de dezembro de 2021, os ativos classificados pela Companhia na rubrica do imobilizado somavam o montante de R\$17.608.074 mil, conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras. Tais ativos são referentes à usina hidrelétrica Santo Antonio, e considerados como uma única unidade geradora de caixa, conforme definição estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1)/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi o valor em uso, que requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas subjetivas, tais como: (i) estimativa de fluxos de caixa futuros que a Companhia espera obter com a utilização de seus ativos; (ii) estimativa dos custos necessários para geração de energia, tais como "TUST", "GSF" e "FID"; e (iii) definição da taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto a estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados a geração de energia; e (iii), há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável desta unidade geradora de caixa; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em valorização para nos auxiliar na avaliação da razoabilidade do modelo de avaliação, e na metodologia e na taxa de desconto utilizada; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas, dos custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável desta UGC. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como as divulgações e notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$2.308.282 mil, oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera provável a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua utilização. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; e (ii) há julgamento envolvido quanto a determinação de bases tributáveis futuras, baseadas nas projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, dentre as quais, a capacidade de geração de energia no futuro (que pode ser impactada por riscos hidrológicos), o preço contratado e corrigido de venda dessa energia, além de premissas de custos operacionais e financeiros. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise de realização destes impostos diferidos; (ii) confronto das bases de cálculo dos prejuízos fiscais e bases negativas com as escriturações fiscais correspondentes; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas, dos custos de geração de energia, dos custos financeiros, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre estes impostos diferidos. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de realização dos impostos diferidos, bem como as divulgações e notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Ênfase Investigações legais – riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos Conforme mencionado na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras, em resposta a notícias veiculadas na mídia a partir do ano de 2015, com as delações premiadas no contexto da Operação Lava Jato, sobre o suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à Companhia com alegações de possíveis atividades ilícitas, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), a administração da Companhia conduziu investigação independente, concluída em fevereiro de 2019, que concluiu que, salvo novos desdobramentos em decorrência de investigações e correspondentes medidas legais ainda não concluídas, não existem evidências objetivas que corroborem as alegações feitas. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto. Outros assuntos Demonstração do valor adicionado A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informações suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios

definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor a Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o "Relatório da Administração", e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 4 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Marcio Albuquerque Cavalcanti
Marcio Albuquerque Cavalcanti Auditores Independentes Ltda. Contador
nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 264164/O-2

Marcio
Contador CRC
CRC nº 1 SP 264164/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. ("Companhia") CNPJ 09.391.823/0001-60 NIRE. 35.300.352.891 PARECER DO CONSELHO FISCAL Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada por videoconferência, por unanimidade, deram por analisadas, as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao quarto trimestre de 2021, encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022. CONSELHEIROS FISCAIS: PEDRO HUGO TEIXEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR FERNANDO PASSALIO DE AVELAR FÁBIO BACCHERETTI VITORMARCELO SAMPAIO DA CUNHA FILHO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. ("Companhia") CNPJ 09.391.823/0001-60 NIRE. 35.300.352.891 DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. ("Companhia") CNPJ 09.391.823/0001-60 NIRE. 35.300.352.891 DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, CRC 2SP011609/O-8. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.